SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

MARIA RAIMUNDA FERREIRA DE SÁ

EDUCAÇÃO SEXUAL: Fatores que Implicam a Implantação dos Referenciais Curriculares na Prática Pedagógica

Castanhal - PA
2018

MARIA RAIMUNDA FERREIRA DE SÁ

EDUCAÇÃO SEXUAL: Fatores que Implicam a Implantação dos Referenciais Curriculares na Prática Pedagógica

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à universidade Federal do Pará, como requisito final para a obtenção do Grau de Licenciado Pleno em Pedagogia, sob a orientação do Profº Marinaldo Carreira Maia.

Castanhal - PA
2018

MARIA RAIMUNDA FERREIRA DE SÁ

EDUCAÇÃO SEXUAL: Fatores que Implicam a Implantação dos Referenciais Curriculares na Prática Pedagógica

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à universidade Federal do Pará, como requisito final para a obtenção do Grau de Licenciado Pleno em Pedagogia, sob a orientação do Profº Marinaldo Carreira Maia.

Banca Examinadora:

_____

Profº. Orientador: Profº Marinaldo Carreira Maia

_____

Profª. 1º Membro da Banca: Profª Esp. Terezinha dos Santos Melo

_____

Profª. 2º Membro da Banca: Profª Msc. Elizete Lobato de Alexandria

Castanhal - Pará
2018

DEDICATÓRIA

A minha querida mãe, Vicência Ferreira de Sá, por me mostrar, tantas e tantas vezes, como deve ser a qualidade e o caráter de um ser humano. Quais lutas devemos travar, quem devemos combater. Você é um exemplo de vida instigante e altaneira, mãe. Você é uma pessoa humana, humilde e dedicada aos mais elevados propósitos. Seu empenho aos cuidados de quem mais precisa é uma fonte perene de estímulo. Agradeço muito, à espiritualidade maior, pela convivência com você.

A meu pai Wilson Nonato de Sá (in memória), que soube dar-me os ensinamentos de família, de ser correto e ter valores de respeito a vida, aos seres humanos.

Ao meu afetuoso esposo, Jonas Terra Ribeiro pela paciência, compreensão, dedicação e incentivo neste curso e em toda a minha vida.

Aos meus filhos, Samela Mayra Ferreira de Sá e Jadson de Sá Ribeiro, por serem a força que me inspira sempre a seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis, pela maneira como me tratam: doces, amigos, meigos, sinceros, participativos. Vocês são meus amores, minha tranquilidade. Minhas noites são luminosas com vocês, pois, sempre foi uma alegria inefável, indizível, imensa tê-los como uma benção de DEUS.

Aos meus irmãos, aos sobrinhos no momento que me ajudaram o meu ser através dos sorrisos e notas de estímulo a tornar-me cada vez mais e nunca menos na busca por alcance intelectual. Elogiaram quando eu não merecia, compreenderam quando não precisava. Estavam sempre presentes, quando os ventos mostravam-se atrozes.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos, pelo estímulo de paz e harmonia neste momento tenso. Graças aos céus, mais um ciclo terminado.

Tentarei não esquecer o dever de uma exaustiva listagem de todos a quem devo gratidão imensa, pela ajuda direta e indireta na elaboração do presente trabalho acadêmico. Insisto em agradecer nominalmente a alguns seres humanos que me ajudaram diretamente, de muitas formas, na formação do presente estudo.

Os agradecimentos são importantes para a minha mente e espírito. Necessito agradecer. A fase foi deveras difícil e, certamente, não teria conseguido sem muitos auxílios. Faz-me melhor, mais tranquila, sei que esquecerei algumas pessoas. Peço perdão pela omissão a todos que se sentirem ultrajados pela minha descortesia.

Ao meu orientador Profª. Marinaldo Maia, a quem agradeço imensamente por ter aceitado o desafio na orientação deste trabalho, ajudando-me nas descobertas da relevância deste estudo, através das discussões e elucidações, que me levaram por caminhos, até então, por mim desconhecidos, alcançando maturidade emocional e intelectual. Sendo assim, as palavras não são o suficiente por tão grande gratidão. Obrigado, professor.

Aos Professores Madson Ribeiro e Dário Azevedo, meus sinceros agradecimentos por todas as lições desenvolvidas para meu crescimento, pelas pessoas maravilhosas que são, ensinando, o quão importante é a dedicação em tudo que fazemos em nossa constante e importante busca ao conhecimento.

Muito obrigada a vocês colegas de turma por existirem eternamente, em mim, por confiarem e acreditarem em minhas ideias, quando muitos duvidaram. Vocês me conduziram quando eu estava cega por razão de muitos fantasmas, maus augúrios, infortúnios, que a vida e o viver insistem em nos fornecer para nos testar na arte de nos habitarmos.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização deste, pelo apoio, pela força, pelo espírito de alegria, de abraços de paz e enorme carinho na hora da incerteza, principalmente pelo incentivo. Obrigada!

EPÍGRAFE

A Educação Sexual, tomada num sentido mais amplo, compreende todas as ações, diretas ou indiretas, deliberadas ou não, conscientes ou não exercidas sobre um indivíduo ao longo de seu desenvolvimento e que lhe permite situar-se em relação à sexualidade em geral e à sua vida sexual.

Werebe (1998, p.106)

RESUMO

Destaca-se como tema “Educação Sexual: Fatores que implicam a implantação dos referenciais curriculares na prática pedagógica”, por entender a necessidade do estudo na escola, pois o mesmo é pouco abordado. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que busca através de determinados contextos com diferentes autores e documentos como os PCNs, mostrar a importância da relevância e esclarecimento sobre a Educação Sexual como tema transversal na escola. Teve como objetivo geral: Refletir os fatores impeditivos para a implementação dos referenciais curriculares como orientação sexual na matriz curricular das escolas a partir da bibliografia estudada. E objetivos específicos: Descrever os fatores determinantes para a ausência da discussão e do trabalho pedagógico da temática orientação sexual pelas escolas; Apresentar um contexto nesta pesquisa, que possa ser adotado nas práticas pedagógicas segundo o posicionamento dos autores estudados; e; Compreender a partir dos estudos bibliográficos, por que o tema transversal orientação sexual não aparece na pauta do planejamento curricular das escolas. A metodologia baseia-se na contextualização do referencial bibliográfico constante em livros, revistas científicas, artigos, sites, entre outros, buscando as contribuições documentais, referencial que permite um novo modo de olhar a educação sexual no processo ensino e aprendizagem. A partir das leituras, constata-se a necessidade dos professores buscarem formações, conhecerem o assunto, as legislações, as políticas públicas para orientar e implementar projetos que possam esclarecer os alunos para com a questão. Assim, conclui-se que, a Educação Sexual se manifesta no ser humano normalmente e têm reflexos na escola, o que se constitui elemento inseparável do processo de construção do conhecimento. Por isso, a qualidade da interação pedagógica deve ser buscada com muita primazia, pois é ela que vai conferir um sentido significativo para o objeto de conhecimento, a partir das experiências vividas ou fracasso do processo ensino aprendizagem, pois os reflexos externos influenciam consideravelmente essa relação que às vezes se sobrepõe ao ensino.

Palavras-Chave: Educação Sexual, Fatores, Programas Pedagógicos, Estrutura Curricular, Escola.

ABSTRACT

It stands out as the theme “Sexual Education: Factors that imply the implantation of curricular references in pedagogical practice”, for understanding the necessity of the study in the school, because the same is little approached. It is a bibliographical research that searches through certain contexts with different authors and documents such as PCNs, to show the importance of relevance and clarification about Sexual Education as a transversal theme in the school. It had as general objective: To reflect the factors that impede the implementation of curriculum references as sexual orientation in the curricular matrix of the schools from the bibliography studied. And specific objectives: To describe the determinants for the absence of the discussion and the pedagogical work of the thematic sexual orientation by the schools; To present a context in this research, that can be adopted in the pedagogical practices according to the position of the authors studied; and; Understand from the bibliographic studies, why the cross-sectional sexual orientation theme does not appear in the curriculum planning of schools. The methodology is based on the contextualization of the bibliographical reference in books, scientific journals, articles, websites, among others, seeking the documentary contributions, a reference that allows a new way of looking at sex education in the teaching and learning process. From the readings, it is verified the need of the teachers to look for formations, to know the subject, the legislations, the public policies to guide and to implement projects that can clarify the students with the question. Thus, it is concluded that, Sexual Education manifests itself in the human being normally and has reflexes in the school, which constitutes inseparable element of the process of knowledge construction. Therefore, the quality of the pedagogical interaction must be sought with great primacy, since it will give a significant meaning to the object of knowledge, from the lived experiences or failure of the teaching-learning process, since the external reflexes considerably influence this relationship which sometimes overlaps with teaching.

KEY WORDS: Sexual Education, Factors, Pedagogical Programs, Curricular Structure, School.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

CBES – Círculo Brasileiro de Educação Sexual

DST – Doenças Sexualmente Transmissiveis

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OMS – Organização Mundial da Saúde

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 10

I. CAPÍTULO 12

1. O processo histórico da sexualidade no decorrer dos tempos no mundo 12

2. O Brasil e a história da sexualidade 18

3. Educaçao Sexual no Brasil 25

II CAPÍTULO - ORIENTAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR E A PARTICIPAÇAO DO PROFESSOR 33

1. Conceito e Definição: Sexualidade e Sexo 33

2. A influência da família na construção da sexualidade 37

3. Superando Tabus e Preconceitos 38

4. Freud e Foucault e a Concepção de Sexualidade 40

5. Orientação Sexual na Escola 41

6. Educaçao Sexual na Prevenção da Gravidez, DSTS, AIDS 44

7. Os PCNs e o ECA, e o direito da Educação Sexual na Escola 46

8. Orientação Sexual na Escola e o Papel do Professor 48

9. Educaçao Sexual na Escola e a participação do Gestor e dos Técnicos 52

10. A Participação da Família no Processo da Educação Sexual na Escola 55

III CAPÍTULO - FATORES QUE IMPLICAM NA PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES E TÉCNICOS PEDAGÓGICOS NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA **61**

3.1. Fatores que dificultam a participação de professores e técnicos pedagógicos na Educação Sexual e elementos que contribuem para a superação desses fatores 61

3.2. Desafios e superação Sexual da Educação Sexual na Escola 65

4. METODOLOGIA **68**

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS **69**

REFERÊNCIAS **71**

1. INTRODUÇÃO

Trabalhar a educação sexual em um contexto escolar, não é uma proposta recente, mas uma necessidade que foi despertada pela angústia de querer compreender o motivo pelo qual o assunto é tratado de forma banalizada e desinteressada por parte não só da estrutura educacional de ensino, como também da maioria dos envolvidos no processo ensino aprendizagem do educando.

Neste sentido, é que os estudos se propõem a discutir e compreender o exercício da prática pedagógica na construção de sujeitos comprometidos com a transformação e desenvolvimento do indivíduo como ser de sexualidade, para lidar com os problemas que são emergentes de sua relação no mundo, como um ser de desejo, na medida em que ele está inserido na sociedade e vulnerável as diversas formas de manifestações de estímulos que são inerente a sua natureza humana.

Mediante a busca de uma justificativa no sentido de compreender os elementos que comprometem ou que impedem a implantação ou implementação de um currículo que contemple a educação sexual como um compromisso da escola no combate a gravidez na adolescência, as doenças sexualmente transmissíveis e outras consequências que os jovens podem vir a sofrer por falta dessa formação no desenvolvimento do aluno, como um todo. Por isso, toma-se como objeto de estudo a temática: Educação Sexual: Fatores que implicam a implantação de referenciais no currículo escolar da prática pedagógica.

Diante das questões postas acima, destacamos que os estudos serão desenvolvidos, através de três capítulos, onde no primeiro capítulo discutiremos; O Processo Histórico da sexualidade no decorrer dos tempos, como sub-item; o Brasil e a história da sexualidade e Educação Sexual no Brasil.

No segundo capítulo, descreve-se sobre, Orientação Sexual no contexto escolar e a participação do professor: A influência da família na construção da sexualidade. Conceito e definição: sexualidade e sexo. Superando tabus e preconceitos. Freud e Foucault e a concepção de sexualidade. Orientação sexual na escola. Educação sexual na prevenção da gravidez, DSTS, AIDS. Os PCNS e o ECA e o direito da educação sexual na escola. Orientação sexual na escola e o papel do professor. Educaçao sexual na escola e a participação do gestor e das técnicas. A participação da família no processo da educação sexual na escola. Desafios e superação sexual da educação escolar.

No terceiro capítulo discutiremos propostas que venham ao encontro de ums possibilidade de implantação ou implementação da educação sexual com um tema transversal

para o êxito e sucesso no desenvolvimento no processo ensino aprendizagem do educando atraves dos seguintes pontos: Fatores que dificultam a participação de professores e técnicos pedagógicos na Educação Sexual e elementos que contribuem para a superação desses fatores e os Desafios e superação Sexual da Educação Sexual na Escola.

A metodologia descrita é do tipo bibliográfico, o que dá conta das reflexões acerca da construção da pesquisa.

E finalmente as considerações finais onde se apresenta a nossa visão em relação ao averiguado sobre a “Educação Sexual: Fatores que implicam a implantação de referenciais no currículo escolar da prática pedagógica”.

A pesquisa proporciona uma reflexão crítica sobre o ensino da educação sexual a partir de um currículo transversal para o desenvolvimento do sujeito como ser de sexualidade.

I CAPÍTULO

1. O PROCESSO HISTÓRICO DA SEXUALIDADE HUMANA NO DECORRER DOS TEMPOS

Antes de desenvolvermos um estudo a respeito da sexualidade humana no mundo, é necessário ressaltar que a história da sexualidade é tão antiga quanto à história da humanidade, contudo, convive-se atualmente, com as transformações rápidas que vem ocorrendo na sociedade, onde alguns assuntos como a sexualidade na vida do ser humano acabam sendo tratada de forma errada, onde prevalecem seus conceitos, tabus e medo. Muitos não enxergam as possíveis consequências que a conduta sexual mal orientada pode causar, subestimando a necessidade de se orientar inclusive na escola.

Diante dos estudos acerca da temática em questão sabemos que a sexualidade humana tem sido ao longo dos tempos da história da humanidade, objeto de estudo de várias pesquisas, e nesta a Educação Sexual emerge com bastante significado, dada a sua relação com a própria condição humana, pois se considera que a influência da sexualidade permeia todas as manifestações do indivíduo do nascimento até a morte, englobando o papel sexual do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados nos relacionamentos humanos, dentre outros problemas atuais e preocupantes.

Dessa forma, durante todo um percurso histórico mundial, encontram-se as mais variadas formas de expressão da sexualidade, carregada de valores, estigmas e preconceitos de cada época e cada sociedade.

Neste sentido é importante que no decorrer do período da Renascença, o qual que teve início no século XVI, o Iluminismo fizera com que o sexo não parecesse pecaminoso, nem tão repulsivo, pois os homens e mulheres começavam a associar o sexo com Amor. Os Humanistas e Teólogos, insatisfeitos com a filosofia Cristã e a conduta do Clero, fizeram surgir a Reforma, da qual Martinho Lutero foi o grande precursor, seguido por outros teólogos que assumiram uma posição de protesto do assunto contra os excessos dos representantes da Igreja Romana, em relação às riquezas materiais e à sensualidade. Todo este movimento foi altamente negativo para os sentimentos em relação ao amor, ao sexo e também aos aspectos sociopolíticos e culturais. Nesta época a posição da mulher começava a ter algumas modificações, como, por exemplo, acesso a uma educação intelectual e artística, e isso a tornara mais atrativa. (FOUCAULT, 2014, p. 19)

A partir do século XVI, segundo Foucault (2014, p. 19):

> A colocação do sexo em discurso, em vez de sofrer uma restrição, foi submetida a um mecanismo de crescente incitação, que as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa, mas à disseminação e implantação da sexualidade polimorfa. A vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável e sem dúvidas, através de muitos erros.

Conforme os estudos realizados percebemos que a reforma protestante promoverá uma nova perspectiva em relação à sexualidade, a partir da análise de Michel Foucault (2014) quando este divide a história da sexualidade em dois períodos, o primeiro é no decorrer do século XVII e segundo é no século XX. O século XVII foi um período em que nasceram as grandes proibições, a valorização exclusiva da sexualidade adulta e matrimonial, imperativos de decência, esquiva obrigatória do corpo, contenção e pudores imperativos da linguagem, isto é, foi um período no qual a sexualidade era reprimida, escondida, não havia a liberdade do falar sobre a sexualidade. Já no século XX, essa proibição começa a diminuir, é o momento em que os mecanismos da repressão se afrouxam, essas relações com a sexualidade começaram a ser tratadas com mais tolerância.

Para nos situarmos e compreendermos melhor nesse contexto histórico, podemos considerar o Iluminismo como um marco inicial, pois foi quando se começou a pensar pela razão e não mais pela fé, ou seja, o poder da igreja diminui, o homem e mulher passaram a ser o centro e assim surgem os grandes pensadores. Foucault (2014) escreve nessa linha de razão e poder, como eram os princípios da época do Iluminismo.

Diante dos estudos desenvolvidos acerca da sexualidade, destacamos um dos grandes estudiosos do assunto, também considerado de grande relevância para a fundamentação dessa temática, Michel Foucault (2014), onde informa que a partir do século XVIII, as escolas multiplicaram-se, aperfeiçoaram-se e apareceram como um dispositivo de poder, com a função de disciplinar o corpo e o sexo do homem e da mulher. A sexualidade das crianças era um dos alvos principais de preocupação, afinal, na criança estava o futuro cidadão.

Nessa sequência, o autor diz que, durante os três séculos da Renascença, o mundo europeu adquiriu diversos aspectos. As cidades cresceram, o comércio fluiu e surgiu a pólvora e a imprensa. Nesta época, houve uma luta entre a religião da Idade Média e o Humanismo da Renascença e entre o poder do Papa e o poderio das Nações.

O século XVIII, segundo Foucault (2014, p. 19) foi o século das luzes, aparece, então, toda uma literatura médico-pedagógica sobre a sexualidade da criança e do adolescente, na medida em que estes se constituíam no futuro cidadão proclamado pela Revolução. Naquele

momento, essa atitude era fundamental para a formação da sociedade europeia. Então, em nome da saúde pública, os médicos e os pedagogos eugenistas passaram a fazer parte das famílias e das escolas. Os médicos elaboravam discursos e os pedagogos projetos normalizadores do sexo que deveriam ser absorvidos pela família e pela escola. Se a família não estava dando conta da educação (sexual) das crianças, passava a ser obrigação da escola suprir esta falha familiar.

Deve-se registrar ainda o que o autor coloca que toda a preocupação em torno da sexualidade do indivíduo ocorreu inicialmente somente nas classes privilegiadas. Sobre elas construíram e se aplicaram as técnicas mais rigorosas de controle sobre o corpo. Apenas a partir do final do século XVIII é que aparece a necessidade de também se cuidar da sexualidade do proletariado, quando este passou a constituir-se problema para o Estado. Era preciso de mão-de-obra sadia devido ao desenvolvimento da indústria pesada. Era preciso controlar a prostituição e as doenças venéreas. A gênese da sexualidade é historicamente burguesa, sendo imposta posteriormente ao proletariado, como forma de sujeição.

Sendo assim, os estudos nos mostram que para Foucault (2014, p. 11), “a liberdade de se expressar sexualmente pode demorar a se manifestar, por essa repressão, por respeito ao poder reprimido”. Mas foi no século XVIII que nasceu uma incitação política, econômica e técnica que, segundo Foucault (2014), o falar do sexo seria por meio de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, não de uma maneira geral, seria necessário apresentar pesquisas quantitativas ou causais. Segundo o autor, o final do século XVIII foi marcado com o nascimento de novas tecnologias do sexo, a confissão, “nova porque sem ser realmente independente da temática do pecado, escapava basicamente das instituições eclesiásticas”. (FOUCAULT, 2014, p. 127)

Conforme as abordagens acima, podemos perceber que sexo deixou de ser uma questão leiga, por meio da pedagogia, da medicina e da economia, passou a fazer parte do Estado e cada um cuidou de sua própria vigilância. Naquele período a sexualidade se desenvolvia ao longo de três eixos, dentre eles o da pedagogia, tendo como objetivo a sexualidade da criança; o da medicina, com a fisiologia das mulheres e, por fim, a demografia, com o objetivo da regulação espontânea ou planejada dos nascimentos.

Diante disso, é a partir do século XIX que a sexualidade é tolhida, a família confisca a liberdade de falar. “O casal legítimo e procriador dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo”. (FOUCAULT, 2014, p. 9)

Neste sentido, os estudos realizados em torno da sexualidade nos levam a compreender que o sexo, ao longo do século XIX, parece inscrever-se em dois registros de saber bem distintos: um relacionado à biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e um da medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas.

Lapate (1994) destaca também os costumes da civilização Grega, onde o homem assumia uma posição especial desde o nascimento. Era permitido a ele aprender música, poesia, aritmética e sempre praticava esportes, ao contrário da mulher que não recebia qualquer tipo de educação formal somente algumas poucas tarefas domésticas e em alguns casos, um pouco de escrita. Eram respeitadas se desempenhassem bem os seus deveres de supervisora doméstica e procriadora. Havia uma completa dissociação entre o sexo-reprodução e o sexo-prazer.

O casamento, como o povo Hebreu, também era arranjado pelos pais sendo que o noivo pagava um determinado preço pela noiva além de se conhecerem no dia do casamento. Entre os homens, havia uma liberdade sexual muito grande permitindo, inclusive, o homossexualismo sem significar falta de virilidade. A moral não estava ligada ao "pecado", e sim à bravura, autodomínio, patriotismo, sabedoria, devotamento aos amigos e ódio aos inimigos. (LAPATE, 1994, p.19)

Ainda sobre o homem Grego, Vitiello (2000, p.18) destaca que eles "buscavam o prazer como ideal, sendo permitidas e até incentivadas quaisquer experiências hedonistas (doutrina filosófica que procura no prazer a finalidade da vida"). Vimos, então, que a cultura grega foi machista, egoísta e, do ponto de vista das mulheres, repressora.

Entre os Romanos, conforme salienta Vitiello (2000, p.19), sua cultura não se diferenciava muito da Grega, uma vez que o homem também era bastante machista, sendo o prazer permitido apenas para eles.

Em relação ao casamento não havia necessidade de uma aprovação religiosa, apenas o consentimento paterno, além de existir melhores oportunidades para encontrar no casamento uma união de amor e prazer, aliado à função reprodutora.

Deste modo, parece que os jovens romanos tinham melhor oportunidade do que os gregos para encontrar no casamento uma união com amor e prazer. Vitiello destaca também a Era Cristã e a continuidade da repressão à sexualidade. O Cristianismo era considerado uma religião fundada por Jesus de Nazaré e, apesar de toda a repressão, o autor lembra, curiosamente, que não existe registro em todo o Novo Testamento de qualquer ato ou palavra repressora que possa ser atribuída ao próprio Jesus.

> Pelo contrário, em alguns episódios, como por exemplo, o referente à mulher adúltera (São João, 8: 7) suas palavras demonstram uma tolerância e uma compreensão das fraquezas e dos desejos humanos absolutamente incompatíveis com a ferocidade com que seus seguidores reprimiram as manifestações da sexualidade. (VITIELLO, 2000, p. 17)

Através das leituras sobre o cristianismo, no que diz respeito à sexualidade, entendemos que este período foi demarcado por literatura oficializada no Império de Constantino, com grandes mudanças nas ideias em relação à sexualidade, entre as relações homem e mulher, uma vez que a força central dessa nova religião, que detinha a maioria das pessoas, era uma intensa hostilidade pela sexualidade humana pelo prazer físico considerado, a partir de então, pecado da carne que significava um mal para o espírito.

Dessa forma vamos perceber que a igreja teve um papel muito forte em relação a sexualidade na medida que a igreja, assim, recomendou aos fiéis renunciar, de forma definitiva, a atividade sexual, impedindo suas manifestações. A virgindade foi promovida pelo clero católico, a símbolo do corpo imaculado. Contudo, diante da recusa de parte da sociedade, em atender as orientações da igreja, esta promoveu a sacramentalização do casamento, ampliando seus poderes, intimidando as pessoas e trazendo a sexualidade para seu domínio. A poligamia foi extinta e o casamento transformou-se na única forma possível de controlar o desejo sexual.

Desse modo, o casamento passou a ser visto como um remédio contra a imoralidade da época, permitindo o sexo apenas para a procriação.

Conforme as abordagens acima, segundo Ribeiro (1990, p.8), a Era Vitoriana tem sua origem no século XIX, no reinado da Rainha Vitória (1819-1901) propagando-se por todo o mundo e que, segundo o autor, era “devido à força e influência do todo poderoso império Britânico”. Surge, então, o puritanismo e com ele a legalização do casamento. Em relação ao sexo somente era permitido na vida privada e exclusivamente com a finalidade de procriação. Pelos registros pudemos perceber que a repressão sexual é historicamente evidente e latente até os dias de hoje, graças ao poder econômico, às instituições sociais e à religião que ditavam as normas de comportamento, dentre outros.

Sendo que em algumas ocasiões essa repressão se mostra de maneira evidente, em outras vezes, de maneira camuflada por discursos religiosos, políticos e, nas práticas sexuais, quase sempre, violenta e agressiva. Tudo era permitido aos homens dentro e fora do casamento, inclusive com libertinagens em suas ações, enquanto para as mulheres era tudo historicamente regrado. Em algum período da história, elas eram obrigadas ao uso do cinto de castidade, para garantir a seus maridos infiéis, sua fidelidade sexual. Apenas serviam a seus

maridos sem nunca sentir prazer. Muitas passavam, inclusive, raiva quando não judiavam de suas escravas concubinas, por ciúmes de seus homens que, muitas vezes, geravam até filhos. (RIBEIRO, 1990, p. 368)

Foi neste contexto repressor que surgiram muitas teorias afirmando que a prática sexual era a responsável por doenças como tuberculose e as doenças de pele, pela perda do esperma e que a masturbação levava as pessoas à loucura. Ribeiro menciona que:

> A Era Vitoriana conseguiu que médicos e estudiosos disseminaram, através de suas obras, os ideais de repressão que adotavam e que davam respaldo científico á necessidade do controle sexual (RIBEIRO, 1990, p. 8)

De acordo com as colocações acima, para Ribeiro (1990, p.8), a Educação Sexual desta época teve a contribuição de vários estudiosos que se destacaram com obras, nas quais defendiam seus pontos de vistas sobre a sexualidade, como: Henry Havelock Ellis (1859-1939); Wilhelm Heich (1897-1957); Alfred Kinsey (1894-1956).

Dentre os estudiosos preocupados com a questão da sexualidade como elemento inerente a condição humana, Ribeiro nos mostra que é a partir de Freud (1856-1939) o qual surpreendeu o mundo com suas teorias sobre todo o contexto da sexualidade e as implicações destas para o comportamento humano, o desenvolvimento da personalidade e a origem de conflitos e distúrbios psicológicos. Seus estudos basearam-se na análise do comportamento humano, por meio das ciências médicas, sobretudo da psiquiatria, enfatizando que a prática da masturbação proporcionava para as pessoas de todas as idades, benefícios saudáveis, pois, através da masturbação elas descarregavam suas emoções reprimidas. (RIBEIRO, 1990)

Neste sentido, percebemos a importância da psicanálise na medida em que abordou o desenvolvimento infantil através de um procedimento diferente. No início do século XX, Freud afirmou que as primeiras relações e vivências ocorridas na infância têm grande importância e podem definir o desenvolvimento da vida adulta. Sendo assim, segundo Freud, em todas as fases da vida existia a presença de processos inconscientes e da sexualidade infantil, ao contrário do que a psicologia do desenvolvimento acreditava.

Na perspectiva de fundamentar a afirmação do pensamento de Freud sobre as primeiras relações como fator preponderante na definição da vida adulta Ribeiro, mostra que para Freud (1916/1917) o desenvolvimento humano se dá pelo desenvolvimento psicossexual da criança, através de processos inconscientes. Em suas investigações sobre a neurose percebeu que a grande maioria dos conflitos e desejos reprimidos do adulto referia-se a conflitos de ordem sexual ocorridas nos primeiros anos de vida dos indivíduos e então

observou que as ocorrências deste período de vida deixavam marcas profundas na estruturação da personalidade. (RIBEIRO, 1990)

Sendo assim, a temática em discussão mostra que os estudiosos da sexualidade, por meio de suas obras davam os primeiros passos em direção às novas conquistas no campo da sexualidade humana. Assim sendo, vimos que nossas raízes culturais estão impregnadas de uma visão distorcida da sexualidade, em que a prática da repressão é o comportamento usual, principalmente para as mulheres. Essa visão distorcida da sexualidade foi mantida durante todos esses séculos, na atualidade, infelizmente, ainda se mantém.

Diante dos estudos realizados sobre "O Processo Histórico da Sexualidade Humana no Decorrer dos Tempos", podemos compreender que o sexo, no mundo, está por sua vez, voltado para as práticas e atitudes sexuais no cotidiano dos indivíduos e dos grupos construídos culturalmente através de uma dimensão sociocultural, alicerçada historicamente por normas e padrões que deu a todo indivíduo a percepção do que seja sexo e sexualidade.

2. O BRASIL E A HISTÓRIA DA SEXUALIDADE

Para falarmos do Brasil e a história da sexualidade, ressaltamos a importância de Rago (1998), através de seus estudos sobre "Sexualidade e identidade na historiografia brasileira" afirma que os autores do século XX (FREYRE, 1980; HOLANDA, 1994, 2000; PRADO, 1929; PRADO JÚNIOR, 2000) em seus estudos davam especial ênfase à índole pacífica, acomodada, preguiçosa e imitativa do povo brasileiro, tentando entender de onde havíamos herdado esses traços. Estes estudos, amplamente difundidos, formaram gerações, moldaram a consciência nacional, tornando-se nossas principais referências acerca de nós mesmos, lentes através das quais passamos a nos olhar e a reconhecer nossa imagem de brasileiros. Para esses autores, no entanto, as questões se colocavam de outro modo e, fundamentalmente, tratava-se de estabilizar, fincar estacas e definir nossa suposta identidade cultural. Mas, desde já, tratava-se de tentar compreender o passado para transformar o presente.

As ciências humanas, desta forma, desde o século XX, tem se dedicado ao estudo de temáticas que envolvam o período colonial (ABREU, 2000; FERNANDES, 1989; SOUZA, 1986; VAINFAS, 1997, 1999, 2004). Por tudo isso, também nos chama a atenção o fato de que apenas nas primeiras décadas do século XX passou-se a perceber a centralidade conferida à sexualidade no discurso dos historiadores (GARTON, 2009) voltados para a interpretação científica da realidade brasileira e para a definição da identidade nacional.

Vainfas (1997a; 1997b) estudou a imagem desregrada da Colônia produzida pelos

cronistas dos primeiros séculos da colonização e reproduzida ao longo da história, encontrando muitas regras de sexualidade e formas de culpabilização onde Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda viram apenas o caos e o descompromisso.

Também retrata-se os trabalhos de Reis; Ribeiro (2001, 2004, 2005, 2007), Senatore (2005) e Scalia (2009) têm estudos sobre momentos históricos e a educação sexual no Brasil, mas como salienta Ribeiro (2005, p. 2):

> [da colônia] até nossos dias temos quinhentos anos de história, mas a história da educação sexual carece de estudos que resgatem sua especificidade, abrangência e importância. Levando em consideração que a educação sexual abrange toda a educação recebida pelo indivíduo desde o nascimento referente à aquisição de concepções, valores e normas sexuais, [...]; e que essa educação sexual é contínua, indiscriminada e decorrente dos processos culturais, influenciando a manifestação de comportamentos e atitudes sexuais, podemos dizer que desde a Colônia havia uma educação sexual no Brasil. (RIBEIRO, 2005, p.02)

De acordo com o exposto, as representações que o corpo feminino assume em textos e figuras do período colonial brasileiro contribuem para que possamos entender a difusão de ideias sexuais que influenciaram não apenas conceitos, mas comportamentos e atitudes das gerações posteriores, pois como nos faz refletir Louro (2001), os corpos são significados pela cultura e, assim, continuamente por ela alterados.

No Brasil, no início do século XXI, a Educação Sexual sofreu a influência das correntes médico-higienistas da Europa que apregoavam o combate à masturbação e às doenças venéreas, bem como o preparo da mulher para exercer o papel de esposa e mãe. E visava preservar a saúde pública e a moral sadia, para assegurar a reprodução da espécie.

O período compreendido entre as décadas de 1920 e 1930 apresenta um cenário de inúmeras reivindicações sobre a instrução sexual dos jovens na escola, mas não configura um aporte documental historiográfico importante e disponível. A referência de pesquisa mais considerada para uma abordagem histórica da Educação Sexual no Brasil ainda continua sendo o trabalho de Susan Besse, conforme nos relata Vidal:

> Alguns estudos sobre educação Sexual no Brasil, hoje ressentindo-se da falta de pesquisa histórica, ao abordar os primeiros anos da República, limitam-se a citar as informações contidas na tese de Doutoramento de Susan BESSE (1983) e numa matéria publicada no Jornal do Brasil, em novembro de 1972, e encerram o período em, no máximo, três parágrafos, pulando rapidamente para os anos 60, onde identificam o início de um significativo debate sobre Educação Sexual. (VIDAL, D. in SOUZA, 2002, p. 57)

Esta análise demonstra a dificuldade de encontrar fontes historiográficas sobre a Educação Sexual e ainda aponta para outro obstáculo, a dificuldade de periodização da

Educação Sexual no Brasil, dado que não há iniciativas oficiais nem uma homogeneidade na demanda por estudos desta natureza. Os estudos de Vidal acrescentam uma novidade nesta trajetória, ao investigar e resgatar a produção do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (C. B. E. S), fundado em Julho de 1933 no Rio de Janeiro, presidido por José de Albuquerque, diretor e redator do Boletim, um órgão de divulgação das ideias do Círculo que foi editado até 1939 com tiragens de 50 mil exemplares. Pretendia difundir uma cultura sexual científica com bases educacionais, de modo a trabalhar a formação da professora primária que deveria aprender a lidar com as questões da sexualidade infantil.

Sendo que em 1934 já existem relatos da Semana de Educação Sexual promovida pelo Círculo neste mesmo ano. O Círculo dispôs do rádio para divulgar as propostas de uma educação sexual inovadora e alcançou notável sucesso com palestras radiofônicas de 15 minutos semanais. Trata-se de um estudo novo que aponta para novas possibilidades de investigação sobre a História da Educação Sexual no Brasil.

As demais obras com este perfil historiográfico marcam as seguintes etapas na construção da Educação Sexual brasileira: a experiência do Colégio Batista do Rio de Janeiro, localizada na década de 1940, com um forte acento religioso, a atuação institucional do Colégio de Sion nos anos 1960, onde o Padre E. Charboneau inovava com algumas propostas de uma Educação Sexual da Juventude, nos limites da modernidade católica daquela década.

Na década de 50, como a Igreja dominava o sistema educacional, houve severa repressão à Educação Sexual. Mesmo assim foram publicados vários livros para responder às dúvidas dos leitores quanto à sexualidade, embora os leigos só tivessem acesso aos livros médicos. Em 1959, foi publicada no Brasil, a obra de Edith Carnot e Dr. J. Carnot, ‘A serviço do amor traduzido do francês’, reservada às jovens casadoiras e às senhoras casadas.

A Educação Sexual no Brasil tem suas primeiras abordagens em 1960 com uma trajetória histórica com quatro modelos, o quinto modelo é a proposta de Educação Sexual para essa Era da Modernidade onde tudo tem uma velocidade, um bombardeio de informações, a comunicação, possibilitam uma nova lógica de organização e administração que levam a mudanças e, a Educação Sexual Emancipatória, neste modelo encontra-se em uma condição básica para o desenvolvimento humano pleno.

De acordo as pesquisas bibliográficas é na década de 60 que pais e educadores propunham uma educação sexual normativa através de aconselhamentos religiosos centro no medo e na inibição, identifica-se nesse período o primeiro modelo, que tem como proposta, manuais que se referem a formas de aconselhamento religioso, de cunho conservador, os manuais detinham informações para a educação das moças e dos moços, prevalecendo o

casamento e a estrutura familiar patriarcal. Nessa década de 60, nosso país foi marcado por mudanças políticas radicais, levando os militares ao poder e deixando marcas no processo de implantação da Educação Sexual nas escolas oficiais. Surgem os livros publicados pelo padre Charboneau, escritos numa linguagem filosófica e sob a ótica da moral católico-cristã. Esses livros foram adotados por pais e educadores e deixados de lado pelos jovens por sua linguagem pouco acessível.

De 61 a 69 destacam-se em São Paulo, os Ginásios Vocacionais, que levam a Educação Sexual a fazer parte de seus currículos com o objetivo não somente de informar, mas formar conceitos e valores, de modo a conduzir os jovens a ter parâmetros para "escolhas coerentes" com o conceito de homem e sociedade, propostos pela escola. De 1963 a 1966, várias tentativas foram realizadas para a implantação da Educação Sexual tanto em escolas privadas quanto em escolas públicas. Algumas escolas pioneiras destacaram-se por suas iniciativas como o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Minas Gerais, que introduziu no currículo o programa de Educação Sexual para alunos do então quarto ano ginasial (oitava série). No Rio de Janeiro, vários colégios como o Colégio Pedro Alcântara, André Maurois, Infante D. Henrique e Orlando Rouças, introduziram a Educação Sexual em seus currículos.

Foi em São Paulo, de 1954 a 1970, que o Serviço de Saúde Pública do Departamento de Assistência ao Escolar, passou a oferecer aulas de Orientação Sexual às meninas que frequentavam a quarta série do ensino primário. Além disso, educadores sanitários e professores informavam sobre as modificações da puberdade. Todavia esse programa foi interrompido em função da ideologia moralista defendida pelo golpe militar de 64, ocasionando o fechamento do programa pela Secretaria de Educação.

De acordo com Sayão (1997), as experiências da década de 60 apresentavam intensas mudanças em relação àquelas que apenas abordavam os aspectos biofisiológicos, e tinham como meta a normatização de condutas.

Também o Colégio de Aplicação Fidelino Figueiredo, ligado à Faculdade de Filosofia da USP, desenvolveu trabalhos na área de sexualidade com seus alunos, nos quais sugeriam temas para discussão, debatiam o tabu da virgindade, o amor livre, a utilização dos anticoncepcionais e outros temas de interesse. Os professores e orientadores educacionais eram os responsáveis pelas sessões de grupo e pela integração do conteúdo de Educação Sexual às outras disciplinas e matérias tradicionais.

Foi também em 1968 que a deputada do Rio de Janeiro, Julia Steimbruck, propôs a implantação obrigatória da Educação Sexual em todas as escolas do país, porém a Comissão Nacional de Moral e Civismo, do MEC em 1970, pronunciou-se radicalmente contra esse

projeto. Como o país atravessava um período de intensa repressão, vários Colégios e Ginásios Vocacionais e Experimentais foram fechados e muitos trabalhos e pesquisas existentes em relação ao tema foram interrompidos.

Segundo Sayão (1997), instalou-se no país um clima de moralismo, puritanismo e medo, e as poucas experiências que se mantiveram não eram divulgadas.

Neste mesmo ano, foi editado o 'Ato Institucional nº 5', marcando um forte poder à censura, afetando todas as instituições e, dentre elas, as educativas.

Na segunda metade da década de 70, entre 1974 e 1975, o comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, José Maria de Toledo Camargo, organizou uma série de debates e conferências sobre Orientação Sexual para os alunos do 2º Grau, pertencentes à Escola Militar.

Nos anos 70, o modelo médico higienista-biologista informa sobre as funções sexuais e dos aparelhos reprodutores, as informações contidas nas aulas elencava as partes do corpo, em específico dos órgãos sexuais, e adentrava para a prevenção de doenças venéreas, com intuito repressor, este se caracterizou como segundo modelo. Diante dos fatos, somente nos anos 1970, quando a deputada Júlia Steimbruck propôs uma Educação Sexual a ser inserida nas escolas públicas do então Estado da Guanabara, sendo solenemente rechaçada pelos demais deputados ao propor esta questão, é que dispomos de alguma documentação sobre o interesse institucional da sociedade política neste aporte escolar de abordagem da sexualidade.

A partir de 1975, surgiu o interesse pela Educação Sexual provavelmente em decorrência do interesse dos jovens pós-68, entretanto a Secretaria de Educação impediu a oficialização nas escolas sob a alegação de que ela era de responsabilidade exclusiva dos pais.

Em 1978, época da abertura política, realizou-se o 1º Congresso Nacional sobre Educação Sexual nas Escolas, em São Paulo, onde os educadores, cerca de 2000, ali reunidos, constataram que seria impossível implantar essa modalidade devido às precárias condições de trabalho, alterações político-administrativas e falta de pessoal qualificado para viabilizar a Educação Sexual nas escolas.

Sayão (1997), afirma ainda que, em 1979, a Fundação Carlos Chagas coordenou uma pesquisa com adolescentes entre 15 a 17 anos, para avaliar valores relativos à sexualidade. Com o resultado desse trabalho, foram publicados dois livros (BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. Sexo e juventude. São Paulo: Cortez: 1990 e Educação Sexual: debate aberto. São Paulo: Vozes: 1982) sobre sexo, juventude e Educação Sexual.

Na década de 80, houve uma grande divulgação e veiculação de questões ligadas à sexualidade. Enquanto o povo saía às ruas reivindicando as "Diretas Já", várias revistas eram

publicadas com fotos e artigos pornográficos; os cinemas traziam à tona o prazer visual nas cenas de sexo; foram criados os chamados sexshops, enciclopédias e fascículos vendidos em bancas de revistas, programas de televisão e rádio respondiam questões sobre sexo. Também congressos e encontros profissionais foram realizados com a participação de educadores, médicos e cientistas sociais, contribuindo para a implantação da Educação Sexual nas escolas.

Essa década trouxe novos comportamentos, muitos preconceitos foram questionados, tabus foram "derrubados", e sólidas tradições conservadoras foram abaladas. Foi neste contexto que os educadores intensificaram a demanda por trabalhos na área de Educação Sexual, tendo somente como motivação básica, questões relativas à gravidez indesejada na adolescência, contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, dentre elas a AIDS.

Surge também o terceiro modelo na década de 80, a visão de um novo papel educativo com as lutas femininas relacionadas a liberdade, as críticas ao casamento tradicional, as denúncias da violência contra a mulher, a homossexualidade, são os elementos que favorecem a abordagem, estimulando a expressão. O movimento feminista gera uma mudança nos valores culturais e até mesmo sociais, a mulher passa a se destacar no campo profissional, ocupando cargos nas áreas científicas e artísticas, e a educação escolar é identificada como, segundo Nunes, modelo "terapêutico-descompressivo, sendo possíveis de serem agregadas a estas características conjunturais de militância e apologias de trincheiras sociais libertárias". (NUNES, 2000, p.15)

Já o quarto modelo, à sociedade de massa envolvida pelo consumismo reduziu a revolução sexual de fundamentos filosóficos e políticos colocando a sexualidade como objeto de consumo predominante na mídia, destaca a estética contemporânea da mulher e do homem. Nesse modelo o educador requer uma profunda capacidade de visão crítica, pois, a cultura da massa, a Indústria Cultural, estimula esses modelos.

Além do mais para se tornar ativa a educação sexual fundamentalmente carece ser contextualizada numa Educação Sexual Emancipatória, o que propôs Nunes e Silva (2006) no modelo que contradiz toda a demais Emancipação entendida como a formação para a compreensão plena, integral, histórica, ética, estética e psicossocialmente significativa e consciente das potencialidades sexuais humanas e sua vivência subjetiva e socialmente responsável e realizadora. Trata-se da qualificação ontológica da sexualidade humana e sua construção ético-social.

Os PCNs (1997, p.111) revela que é apenas em meados dos anos 80, que a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumenta e começa a preocupar os

educadores, em virtude do grande número de gravidez precoce, entre adolescentes, do aparecimento da AIDS, entre os jovens.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em 1989, sob a responsabilidade do professor Paulo Freire, implantou nas escolas de primeiro e segundo graus a Orientação Sexual. Além disso, preocupou-se com a formação dos professores que passavam por um curso inicial e de acompanhamento continuado, em supervisão semanal. A partir dessa experiência, outros estados e redes municipais de ensino criaram a orientação nas escolas e se voltaram para a produção de materiais e formação de profissionais da educação para o trabalho de Orientação Sexual nas escolas visando à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS.

De acordo com Sayão (1997, p. 111) é nesse período que proliferam iniciativas de inclusão da Educação Sexual na rede privada de ensino em vários Estados do país, inclusive escolas de ensino religioso. No ano de 1989, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, sob a responsabilidade do professor Paulo Freire, decidiu implantar a Orientação Sexual na escola, inicialmente nas de 1º Grau e, posteriormente, nas de educação infantil. A Orientação sexual se baseia em proposta construtivista.

Nos anos 90, os trabalhos se intensificaram ainda mais devido ao crescente aumento da gravidez indesejada na adolescência e ao número de pessoas contaminadas pelo vírus da Aids. Em 1995, o Ministério de Educação e Cultura coordenou a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a serem apreciados pelo Conselho Nacional de Educação. Os PCN, são documentos organizados pelo Ministério da Educação e do Desporto que ditam as diretrizes do ensino nacional. Diante da coordenação do MEC – Ministério da Educação e Cultura, em 1995 iniciou-se o processo de elaboração de parâmetros curriculares com ensejo de melhorar a qualidade do ensino e sob uma política educacional cujo eixo a cidadania como quesito fundamental para a democratização da sociedade brasileira. A Orientação Sexual se baseia em proposta construtivista e valoriza do desenvolvimento dos alunos para diferentes capacidades criadoras e criativas do conhecimento. (SILVA, EDNA, 2000)

Percebe-se que a educação sexual tem uma trajetória histórica e cultural e com ela segue seus tabus e preconceitos. Segundo Nunes:

> A educação sexual é fenômeno da sociedade, se educar é produzir o homem, construir sua identidade ontológica, social, cultural, étnica e produtiva, a educação é o campo da ação humana e, consequentemente, toda a sociedade ou qualquer grupo social é uma agencia educadora. (NUNES, 1987, p. 31)

Em 1997, os PCNs são propostos a todas as escolas do país, incluindo como um dos "temas transversais" a Orientação Sexual, a ser abordada pelos professores de 1ª a 4ª série, permeando as demais disciplinas e, a partir da 5ª série, em um espaço específico como preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1997, p.133):

> O objetivo do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Este tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que, de um lado, se propõe a trabalhar o respeito por si e pelo outro, e, por outro lado, busca garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades.

Assim, a história da Sexualidade no Brasil surge e emerge educacional e oficialmente como Orientação Escolar surgindo no currículo de forma transversal, sendo de responsabilidade de todos os professores, a ser discutida e trabalhada em todas as disciplinas.

Este histórico permite visualizar a contextualização da Orientação Sexual no Brasil, uma vez que poucos autores dissertam sobre este tema.

Nesse caso, ao falarmos do Brasil e a história da sexualidade, percebemos o quanto o país reproduziu os mesmos valores que o mundo impunha.

3. EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Diante dos estudos acerca da educação sexual, no Brasil, podemos perceber que ela tem uma trajetória histórica e cultural e com ela segue seus tabus e preconceitos. Atualmente o termo educação sexual, é ainda um objeto de vários entendimentos do seu significado, dos seus conteúdos, da sua eficácia e consequências.

Sendo assim, os estudos nos mostram que a educação sexual propriamente dita surgiu no Brasil somente no século XX, influenciada pelas concepções médico-higienistas preocupadas em combater a masturbação, as doenças venéreas e em preparar a mulher para o papel de esposa e de mãe. Em nosso país, uma das práticas mais perseguidas e condenadas por médicos e pedagogos foi o onanismo (masturbação), pois era tido como uma doença. Magreza, calafrios, sistema nervoso abalado eram sintomas provocados pela prática do mesmo, de acordo com prescrições dos médicos. Assim, todos os envolvidos na educação da criança deveriam estar atentos para evitar tal mal.

> Nestes temas de vigilância, e particularmente de vigilância escolar, parece que os controles da sexualidade se inscrevem na arquitetura. No caso da Escola Militar, a luta contra o homossexualismo e a masturbação é contada pelas próprias paredes. (FOUCAULT, 1993, p.213)

Levando em consideração o conteúdo sobre a temática em discursão procuramos nos fundamentar de diversas contribuições das mais variadas literaturas sobre a sexualidade humana, vimos que a história da Educação Sexual está diretamente relacionada à repressão sexual estabelecida pela cultura e pela sociedade entre os povos. Por isso, os estudos nos mostram que, a sexualidade humana tem se tornado assunto de muitos estudos, pesquisas, trabalhos, relatos e, por meio desses estudos, entender-se-á como vinculada a uma relação de poderes, quer sejam econômicos, religiosos, culturais, sociais, morais e éticos nas diferentes civilizações, subordinando conceitos e comportamentos sexuais das pessoas a valores que evoluem de forma dinâmica a cada época, podendo ser transportados, sob muitos aspectos para os dias atuais. Neste sentido citamos Ribeiro que complementa:

> Quando falamos em educação sexual, devemos relacioná-la com a repressão sexual e com o estudo do sexo, pois a necessidade da educação sexual surge basicamente em função da repressão estabelecida principalmente pela cultura e pela sociedade. (RIBEIRO, 1990. p.5)

Faz-se necessário ressaltar que de acordo a leitura acima a história da Educação Sexual foi se desenvolvendo no Brasil entre retrocessos e avanços, notadamente marcada pelas iniciativas da sociedade civil e confronto com as propostas de governos e instituições de controle. Neste sentido, podemos ressaltar que os estudos nos levaram a compreender que, mesmo após algumas décadas recentes já efetivamente identificáveis, essa temática ainda apresenta graves distorções e carências no tocante à construção cultural da sexualidade.

É necessário lembrar que a história da educação sexual é contemporânea e foi protagonizada por diversos segmentos sociais tais como: a Igreja Católica, classes políticas, pais, professores e escolas, movimentos de grupos que de alguma maneira adotou a sexualidade como tema de intervenção. (RODRIGUES & FONTES, 2002)

No Brasil, a inclusão da educação sexual no ambiente escolar iniciou a partir de um deslocamento no campo discursivo a respeito da sexualidade de crianças e adolescentes. (ALTMANN, 2005)

A educação sexual na década de 20 caracterizou-se por expor reivindicações de proteção à infância e a maternidade (SILVA & SALLES, 2002). Nas décadas de 30 a 50, ela foi marcada pela inexistência de ações preventivas e educativas relacionadas à orientação sexual, fato este devido à rígida influência da Igreja Católica em manter sigilo e repressão ao

tema (SAYÃO, 1997). Na década de 60, as escolas públicas e particulares incorporaram o discurso dos movimentos sociais que se colocavam a favor da orientação sexual desenvolvendo diversos programas dentro da escola (SILVA & SALLES, 2002). A partir da década de 70, o tema foi inserido nos currículos escolares por ser considerado de extrema importância para a formação global de um indivíduo (BRASIL, 1998). Com a liberação da censura, a influência de movimentos feministas e as mudanças de comportamento levaram a um aumento pelo interesse no tema educação sexual (SILVA & SALLES, 2002). Nesse contexto, a educação sexual foi percebida como necessária também por fatores como o aumento considerável desde a década de 80 de DST/AIDS e da gravidez na adolescência.

No início da década de 90, quando nosso país passava por uma fase de transição e mudanças comportamentais, frente aos crescentes números de casos de DST/AIDS, os órgãos oficiais, tais como o Ministério Educação e o Ministério da Saúde, passaram a estimular projetos de educação sexual. (BRASIL, 2007)

A partir de 1995, programas de orientação sexual começaram a ser implantados nas escolas, orientados pelos PCNs, elaborados pelo Ministério da Educação com apoio de diversos especialistas, sendo de grande importância para a inclusão dos conteúdos sexualidade e saúde reprodutiva. (PERCORARI et al, 2005)

De acordo com os PCNs, um projeto de orientação sexual deverá abranger a multi e interdisciplinaridade e deverá contemplar a sexualidade em todas as suas dimensões sejam elas: biológica, psíquica, política e sociocultural. (SILVA & SALLES, 2002)

Inicialmente, acreditava-se que as questões referentes à orientação sexual quando abordadas no âmbito escolar, seriam repugnadas pelas famílias mais tradicionais, mas sabe-se que atualmente os pais apoiam tais iniciativas por reconhecer a importância do tema e por eles próprios apresentarem dificuldades em falar sobre o assunto com seus filhos. (BRASIL, 1998)

Neste sentido, podemos perceber no que se refere à educação sexual no Brasil, o que Foucault (2014) afirma, que nos últimos séculos, ao contrário de uma sistemática repressão sexual, o que ocorreu foi uma produção massiva sobre o sexo. Uma proliferação de discursos de diferentes áreas (medicina, pedagogia, psiquiatria, etc.) incorporaram a sexualidade como objeto de análise. As relações de poder, a regulação, então, passam a se projetar sobre o corpo, sobre o prazer e suas manifestações. Neste contexto, a sexualidade é também alvo dos discursos, principalmente para a educação.

Neste contexto, a sexualidade infantil é também alvo dos discursos, principalmente da pedagogia. Assim posto, para Nunes; Silva (2006), a sexualidade infantil apresenta-se na

escola como um grande desafio pela transformação que promove na prática educativa, ao desvelar os ocultamentos e silenciamentos acerca da temática.

Expressa por crenças, atitudes, valores, papéis e relacionamentos é produto de um trabalho permanente de ocultação, de dissimulação ou de mistificação na escola, um reflexo do que se produz da mesma forma na sociedade. Entendendo a sexualidade como construção social, histórica e política, relacionada ao poder e à regulação, com formas e variações impossíveis de serem explanadas sem examinar e explicar seu contexto formativo. (FOUCAULT, 2014)

Sendo assim, para entendermos melhor o processo da educação sexual no Brasil nos voltamos para Guimaraes (1995), onde defende que podemos dizer que a Educação Sexual no Brasil surge no século XX, pautada no reducionismo da concepção médico-higienista-biologista, o qual influencia a política educacional brasileira até hoje. A Educação Sexual brasileira, tendo entre os principais objetivos combater a masturbação, as doenças venéreas e preparar a mulher para o papel de esposa e mãe, imbuída do papel de "saúde pública", "moral sadia" e reforçando as diferenças entre os papéis sexuais.

Ao falar da questão da Educação Sexual brasileira nos reportamos a Louro (2001, p.21), onde explica que o processo de escolarização dos corpos, educa a sexualidade das crianças por meio de pedagogias, muitas vezes sutis e discretas, nem sempre explícitas ou intencionais, mas não por isso menos eficiente e duradoura. Segundo Louro (2001, p.19), existem poucos os estudos que tentam dar conta da construção das identidades sexuais na infância. As escolas costumam adotar o corpo como ponto de partida para educar as crianças e, como consequência, produzir uma sexualidade "normal"- masculina ou feminina.

Mais uma vez precisamos ressaltar que segundo Foucault (2014), quando se busca uma verdade sobre o sexo, a análise tem que ser sob o viés do poder. Segundo o autor, no século XIX nasce uma nova tecnologia do sexo, que se distancia da instituição eclesiástica para se desenvolver ao longo de três eixos: o da pedagogia, o da medicina e o da demografia. Pode-se ver que, na colônia, houve um silenciar sobre a sexualidade. A República começa a falar sobre sexo, mas para controlá-lo, utilizando para isto da educação, doenças sexualmente transmissíveis e controle de natalidade.

As pesquisas em torno da história da educação sexual no Brasil, nos mostra que nas primeiras décadas do século XX o sistema escolar brasileiro apresentava um quadro de avanço e recuo de uma proposta de educação sexual. Esperava-se de uma educação sexual o combate à masturbação e às doenças venéreas, e a formação da mulher para o desempenho do seu papel de esposa e mãe. (BARROSO; BRUSCHINI, 2000)

Altmann (2005) descreve as iniciativas de educação sexual nos anos de 1930, relativas à “intervenção preventiva da medicina higiênica” (p.579), motivadas pelos casos de sífilis no país à época. Também data dessa época a campanha de educação sexual promovida pelo “Círculo Brasileiro de Educação Sexual” fundado no Rio de Janeiro, que patrocinava cursos, palestras e matéria em jornais, revelando uma intensa discussão sobre o tema por parte de educadores, médicos, juristas, dentre outros.

Como percebemos, apesar de toda uma intensa discursão envolvendo os diversos profissionais comprometidos com a educação sexual como meio de combater as doenças sexuais que comprometia o pais na época, tais iniciativas não foram suficientes para que a questão se constituísse como disciplina curricular, até mesmo porque não havia reivindicação de alterações no currículo escolar. Todavia, indiretamente, a temática estava presente no currículo oculto das escolas primárias e secundárias, seja nos cuidados de higiene e de prevenção às doenças venéreas, no controle do comportamento de crianças e adolescentes a partir do aprendizado e fixação das normas de gênero, ou ainda no conteúdo sistemático das aulas de Ciências e Biologia, que começavam pela reprodução dos vegetais até chegar à reprodução do ser humano. Importa salientar que do mesmo modo que ocorre na atualidade, não havia um consenso por parte de educadores, médicos e juristas sobre o tema.

Os estudos em torno da educação sexual no Brasil nos mostrou que o assunto naquele tempo também foi considerado problema, uma vez que alguns profissionais de diversas áreas defendiam-na restritamente ao lar em associação à educação moral; outros acreditavam que a escola deveria ser o local para a educação sexual das crianças. (VIDAL, 2002)

Para melhor compreendermos a problemática que envolvia a educação sexual é preciso destacarmos o enfoque tradicional da sexualidade e de gênero presente em tais “lições” e os discursos que condenavam os excessos sexuais e atribuíam às futuras professoras o papel de lidar com os “problemas” da sexualidade infantil.

Dessa maneira passamos a compreender que a educação sexual já começa a ganhar um certo papel de interesse educacional e social a partir de meados dos anos de 1930, além dos relatos médicos, aparecem as prescrições advindas da Igreja Católica que exerceu influência na vida pública brasileira nessa época. Os ensinamentos dos padres relegavam a educação sexual aos pais da criança separadamente, ou seja, o pai educaria o menino e a mãe à menina, em auxílio poderiam recorrer ao sacerdote confessor. Exaltavam-se os perigos da masturbação, a preparação para o casamento e uma série de recomendações e explicações da sexualidade com a intenção de manter as diferenças de gênero. (VIDAL, 2002)

Conforme os estudos, podemos compreender que foi a partir da década de 60, com o movimento de contra cultura dos anos de 1960 e 70 quem trouxe o questionamento de muitos valores e padrões de comportamento. O ressurgimento do movimento feminista, a criação da pílula anticoncepcional, a liberação sexual, os avanços da medicina, o confronto com a moralidade religiosa e o processo de laicização do Estado, fizeram dessa época um período de profundas transformações sociais e culturais. As mudanças de parâmetros impressas nessa época, principalmente em relação às conquistas e emancipação feminina, refletiriam mais tarde na consolidação de políticas públicas voltadas para mulheres e grupos em situação de desigualdade.

A princípio muitas escolas abriram espaço para a temática sexualidade por meio de palestras ou debates proferidos por médicos e psicólogos em idas eventuais às escolas e na abordagem ampliada do conteúdo de Ciências Naturais. (SAYÃO, 1997)

Sendo assim, podemos considerar que foi em 1998 que o tema sexualidade foi inserido como tema transversal nos PCN para nortear a Educação Básica no Brasil. Ele reforça o papel da escola como ambiente de aprendizagem, de construção do conhecimento e de discussão sobre assuntos relevantes do cotidiano dos alunos. De fato a escola é considerada um espaço de socialização em virtude do tempo que eles passam nesse ambiente, e pela possibilidade de troca de experiências entre eles. (PECORARI, CARDOSO, FIGUEIREDO, 2005)

De acordo com as colocações acima, foi através dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1998), que adotam o termo “orientação sexual” como sinônimo de “educação sexual”. No entanto, essa denominação acarreta problemas tendo em vista que a literatura das Ciências Humanas e Sociais considera que o termo “orientação sexual” refere-se ao sexo da pessoa que se elege como objeto de desejo e afeto.

De acordo com Altmann (2005), os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1998) usam esses termos aleatoriamente, porém, ainda que não explicitamente, adotam a expressão educação sexual para referir-se à educação dada pela família e orientação sexual pela educação oferecida pela escola.

No que se refere ao termo educação sexual, para que a mesma não fosse confundida no âmbito da educação familiar em relação ao uso dessas expressões, dois trabalhos de revisão de literatura (FIGUEIRÓ, 2010) aponta que, por vezes, as terminologias são usadas como sinônimos, outras como conceitos diferentes ou complementares.

Para melhor compreensão das expressões e esclarecimentos o autor observa que alguns autores passaram a utilizar a terminologia orientação sexual após a publicação dos

Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1998), e que antes da publicação desse documento a terminologia “educação sexual” era mais comum.

Nesse mesmo sentido Figueiró (2010) conclui que:

> O termo educação sexual é mais adequado, na medida em que abre espaço para que a pessoa que aprende seja considerada como sujeito ativo do processo de aprendizagem e não mero receptor de conhecimentos e/ou de orientações, como sugerem as outras terminologias: orientação, informação, instrução... (p.8)

Também procuramos entender, através dos estudos no que diz respeito a educação sexual no Brasil, quanto ao conteúdo de Ciências Naturais, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs do Ensino Fundamental 3º e 4º ciclos (6º ao 9º ano) destacam as temáticas: gravidez na adolescência, métodos contraceptivos, reprodução, sexualidade, amadurecimento sexual, puberdade e Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS, a partir de seus aspectos biológicos, culturais, sociais e emocionais. No conteúdo relativo à reprodução humana, há uma grande ênfase na prevenção do (Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV/AIDS e na valorização do sexo mais seguro. Mais adiante será feito um detalhamento sobre a estrutura desse documento. De acordo com os PCN (1998), para intervir junto aos/às alunos/as é necessário que o/a professor/a tenha acesso à formação específica e oportunidade de conhecer abordagens teóricas e discussões sobre o tema. Nesse processo de intervenção é necessária a problematização das questões relacionadas à sexualidade, incluindo crenças e valores a ela associados. (BRASIL, 1998)

Embora as diretrizes dos PCN (1998) sejam claras, uma revisão bibliográfica preliminar revelou que os/as professores/as sentem-se despreparados/as e com dificuldades para abordar os diversos aspectos da sexualidade previstos no documento.

Portanto, podemos analisar no que se refere a sexualidade e a educação sexual, mesmo em relação aos avanços ocorridos no mundo nos últimos dias de nossa história, ainda hoje, na sociedade contemporânea encontramos várias formas de repressão sexual como, por exemplo: - a igreja que é até hoje, contrária ao uso da camisinha em face das DST/AIDS; - o machismo, às vezes declarado e às vezes um pouco mais sutil em alguns segmentos profissionais; - a falta de informação/orientação sexual na maioria das escolas do mundo; - a questão da sexualidade na velhice, dentre outros. Consideramos todos estes, mecanismos que alimentam a prática de preconceitos e discriminações no mundo tido como “moderno”.

Assim, Mello, Avelar e Maroja (2013) nos explicam que para se trabalhar a educação sexual no Brasil é preciso que:

> Planos e programas se tornem instrumentos efetivos de promoção de cidadania e direitos humanos, é fundamental que se viabilize maior interlocução entre formuladoras/es e executoras/es de ações. Sem isso, corre-se o risco de uma enorme distância entre o que se propõe executar e o que de fato é executado. O diálogo entre gestoras/es dos níveis federal, estaduais e municipais talvez seja o principal desafio a ser alcançado, já que, muitas vezes, disputas partidárias, ideológicas ou simplesmente de prestígio dificultam a execução de um trabalho coordenado, envolvendo distintas/os atrizes/atores sociais. (p.309)

Portanto, diante dos estudos realizados sobre a temática em discursão desenvolvida neste contexto podemos analisar que a educaçao sexual no Brasil é marcada por muitos desencontros, que ainda hoje não se presencia um trabalho consubstabciado e forte que responda pelo contexto da sexualidade de forma mais real.

II CAPÍTULO - ORIENTAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR E A PARTICIPAÇAO DO PROFESSOR

1. CONCEITO E DEFINIÇÃO: SEXUALIDADE E SEXO

Diante dos estudos realizados sobre a temática Educação Sexual, para entendermos essa abordagem, precisamos diferenciar o conceito e a definição de sexualidade e sexo, onde sabe-se que abordá-los é um desafio, pois as temáticas são um tanto complexas, embora seja necessária uma discussão sobre as questões e concepções que envolvem os temas. Para tal, é imprescindível a construção destes referenciais, pois assim se pode discutir os valores e as construções sociais que os envolvem a questão.

Atualmente, a conceituação de sexualidade está ligada a diversas áreas do conhecimento científico, tais como a antropologia, filosófica, a sociologia, a biologia, a medicina e a psicanálise. Neste sentido, essa problemática se desenvolve de maneira plural, de acordo com o pensamento elaborado por cada uma dessas ciências, não sendo possível identificar um único modo de tratamento para o assunto.

O conceito psicanalítico de sexualidade proposto por Freud, traz uma identidade específica e diferente de tudo aquilo que até então já se havia falado sobre o tema. Freud elabora seu conceito, no qual a sexualidade aparece como força, ou seja: sexo é energia. Essa energia vital está ligada precisamente aos instintos, que por sua vez possuem um papel importante na estrutura orgânica dos seres humanos, atuando tanto no meio interno como no externo da vida do homem. Para a questão Foucault (1993) explica:

> A sexualidade é o nome dado a um dispositivo histórico (...) à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles, das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e poder. (FOUCAULT, 1993, p.100)

Não temos como contestar que na atualidade os assuntos relacionados ao sexo estão bem mais frequentes do que há algumas décadas atrás, pois se acredita ser urgente para aqueles que se dispõe a estudar o tema para socializar e esclarecer em sala de aula, a formação de uma postura crítica, já que a única característica aparente de toda a sexualidade humana apresentada, principalmente nos discursos das mais diversas mídias, é a dimensão sensual na qual o apelo consumista para aumentar suas margens de lucro, divulgando e criando uma

identidade do homem e da mulher que é uma visão reducionista da sexualidade humana, vinculada, apenas e exclusivamente, à busca do prazer individual.

Quando falamos da sexualidade, muitos ouvintes tendem a pensar exclusivamente em sexo, ou seja, no ato sexual propriamente dito. Mas, a sexualidade não é apenas a relação sexual entre um homem e uma mulher, como é tido como normal e aceitável. Sob esta palavra estão postas questões sobre a formação da identidade sexual humana, digo, questões de gêneros. E através delas podemos ampliar a discussão para pontos tidos ainda como tabus por muitos membros de nossa sociedade, como as relações homossexuais, o erotismo, a sensualidade de cada um, o conhecimento do nosso próprio corpo, que não estão limitadas em saber como ele funciona, mas é um conhecer que explora a formação das diferenças entre o homem e a mulher dentro de um grupo social, para esclarecer nossos alunos quanto à questão, uma vez que esses temas ainda são considerados tabus, mas o que se presencia nas escolas, são alunos muito cedo, no caso das meninas, por exemplo, gestantes até com 12 anos.

Fato este, que vem despertando a preocupação do ponto de vista educacional e social, na medida em que é necessário a participação da escola, através de programas e trabalhos educacionais que venham conscientizar os alunos para superação dessa realidade, diante da relação com seu corpo e com o do outro e sua identidade de gênero, conforme os PCN nos levam a refletir, sobre a sexualidade da criança na educação, segundo o PCN é assim posta:

> ... Nessa exploração do próprio corpo, na observação do corpo dos outros, e a partir das relações familiares é que a criança se descobre num corpo assexuado de menino ou menina. Preocupa-se então mais intensamente com as diferenças entre os sexos, não só as anatômicas, mas também com todas as expressões que caracterizam o homem e a mulher. A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões mais diretamente ligadas e pelos padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos e transmitidas pela educação, o que atualmente recebe a denominação das relações de gênero. Essas representações absorvidas são referenciais fundamentais para a constituição da identidade da criança. (BRASIL, 1998, p.118)

Diante das leituras, observamos que sexualidade é de suma importância no desenvolvimento e na vida psíquica dos indivíduos, pois independentemente do potencial de reprodutividade, há relação direta com o prazer, necessidade essencial do homem. Dessa maneira, é interpretada como algo inseparável, que está presente desde o nascer, e se apresenta de forma distinta de acordo com as fases da vida. Sendo seu desenvolvimento fortemente marcado pela cultura e pela história, visto que cada sociedade cria suas próprias regras que formam parâmetros fundamentais para o comportamento sexual dos indivíduos. E a cultura está presente desde muito cedo no desenvolver da sexualidade infantil, como por

exemplo, a forma de reação dos indivíduos adultos ao se manifestar aos primeiros movimentos exploratórios que as crianças fazem em seu corpo. (BRASIL, 1998)

Também se pode citar que desde o século XVI, segundo Foucault (2009, p. 19):

> A colocação do sexo em discurso, em vez de sofrer uma restrição, foi submetida a um mecanismo de crescente incitação, que as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa, mas à disseminação e implantação da sexualidade polimorfa. A vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável e sem dúvidas, através de muitos erros.

Nesse entendimento, Freud (1996) destaca que por volta do século XIX, surgiu o termo sexualidade, que envolve gênero, identidade sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução e a escola se torna o local onde se pode tornar possível todas às políticas públicas frente a esse assunto.

Sabe-se que a sexualidade é um dos elementos que constitui o ser humano, através dela o indivíduo expressa suas preferências, predisposições ou experiências sexuais na vivência e descoberta da sua identidade ao longo da vida. A sexualidade humana é uma dimensão complexa que envolve fatores determinantes nas características do comportamento sexual de cada indivíduo. O componente biológico composto por órgãos associados à reprodução e aos caracteres sexuais contempla uma fisiologia sistêmica regulada por ações hormonais que determinarão as características entre homens e mulheres. O componente psicológico será responsável pelos aspectos referentes à emoção, sentimentos e conflitos, e o componente sociocultural contemplará as normas e os valores presentes na sociedade em diferentes períodos históricos.

Nesse entendimento, o componente sociocultural exerce uma influência preponderante nos aspectos relativos à sexualidade. Michel Foucault concebeu a sexualidade como uma construção social criada, basicamente, para submeter o corpo individual ao controle coletivo da sociedade. Para ele, “o conceito de sexualidade não é uma categoria natural, mas uma construção social que, como tal, só pode existir no contexto social”. (1993, p. 21)

Nisso, acreditamos que nas construções sociais acerca da sexualidade, a questão de gênero desempenha também um papel crucial uma vez que a sociedade define normas e regras as quais devem ser o comportamento sexual de homens e mulheres.

Freud também trouxe contribuições significativas para as questões de gênero. As concepções freudianas sobre o assunto consideram que “sob o ponto de vista anatômico e psíquico ninguém é totalmente masculino ou feminino, mas reúne combinações variadas de traços físicos e psíquicos dos dois gêneros”. (FREUD, 1996. p 34)

Em relação a isso, Freud (1996, p.35), diz que a identidade sexual é uma construção psicossocial na qual cada menino ou menina terá de constituir sua sexualidade e identidade a partir de uma bissexualidade potencial. Contudo, só ao longo do desenvolvimento psicossexual é que se desenvolverão ou atrofiarão determinados caracteres masculinos e femininos, formando um mosaico de configurações anatômicas e psíquicas. Deste modo, Freud trouxe subsídios relevantes acerca das certezas indenitárias que a sociedade propõe ao masculino e ao feminino e as construções socioculturais que envolvem as questões de gênero possibilitando assim uma reflexão mais criteriosa sobre o assunto.

Os estudos de Freud (1996) sobre sexualidade provocaram fortes reações numa sociedade em que o discurso dos teóricos e dos cientistas escondia mais do que revelava sobre o que seria de fato a sexualidade. A mesma era considerada uma conceituação vaga e imprecisa na qual o ato sexual era o ponto central limitado sob os domínios da família conjugal tendo a reprodução como função principal tornando-a assim, o núcleo da sexualidade e qualquer ato fora desses padrões era considerada perversão. As atividades sexuais que não estivessem diretamente envolvidas na procriação (sexo oral e anal, sadomasoquismo, masturbação, fetichismo etc.) eram na época consideradas “desvios sexuais”. (FREUD, 1996)

Deste modo Freud (1996) enfoca o indivíduo e sua relação com o mundo apontando a infância como o início do desencadeamento dos conflitos psíquicos. Segundo ele é, sobretudo, a existência de uma sexualidade infantil, que atua desde o princípio da vida, que vem ampliar o campo daquilo que os psicanalistas chamam de sexuais. Ele estudou a origem da sexualidade nas crianças por entender que todas as inclinações à perversão tinham origens na infância e suas descobertas colocaram a sexualidade no centro da vida psíquica desenvolvendo um dos conceitos mais importante da teoria psicanalítica: a sexualidade infantil. Estas afirmações tiveram profundas repercussões na sociedade puritana da época pela concepção vigente de infância “inocente”.

Portanto, podemos concluir que os estudos desenvolvidos a respeito das abordagens apresentadas por diversos estudiosos, nos mostram a necessidade de buscarmos, pois segundo Foucault (2009, p. 19), “saber não se detém diante de um tabu irrevogável e sem dúvidas, através de muitos erros”. Por isso, ao se conceituar e ou definir sexualidade e sexo, esses princípios são claramente ensinados pelos estudiosos destacados no decorrer de nossas fundamentações e fazem parte de um saber que todo ser humano precisa entender nesse contexto.

2. A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE

Diante dos estudos realizado para compreendermos até que ponto, os filhos poderão ser influenciados pelos pais no que se refere a sexualidade, percebemos que a família tem papel preponderante na construção da sexualidade dos filhos. Diante disso, o olhar sobre a sexualidade do filho adolescente possibilita que os pais redimensionem e resignifiquem suas próprias experiências relacionadas à sexualidade. Perante essas dificuldades, muitos pais acabam não se ocupando do importante papel que lhes caberia na abordagem da sexualidade com seus filhos.

Quanto à educação/orientação sexual sob a ótica dos princípios da família, para Jesus (1999, p. 462), os pais descrevem que seus predecessores "utilizavam o silêncio absoluto, tinham atitudes repressivas, de proibições, provocando sentimentos de culpa, insegurança e vergonha frente às questões sexuais". As marcas de uma educação/orientação sexual repressora se refletem na omissão de muitos pais e, consequentemente, na desinformação de seus filhos.

Para entendermos tais colocações, tomemos como referência e fundamentação o posicionamento, de Jesus (1999, p. 463), o qual argumenta que "a preocupação central dos pais parece ser a iniciação sexual prematura de seus filhos e suas consequências". Uma vez que o aumento da incidência das DSTs/Aids entre os adolescentes é uma realidade da sociedade atual, considera-se fundamental que os pais reflitam sobre seus conceitos e reformulem suas ações educativas. Esse processo requer a transposição de tabus e preconceitos, em favor da promoção do esclarecimento de seus filhos.

Conforme os estudos, percebemos que Jesus (1999), considera necessário que os pais tomem a iniciativa de promover a abertura de diálogo com seus filhos, criando um ambiente natural, no qual as antigas mensagens amedrontadoras e proibitivas dão lugar a informações verdadeiras que enfatizam a importância dos métodos de prevenção das DSTs/AIDS. Com relação à orientação sexual sob o enfoque da escola, observa-se a dificuldade encontrada pelos pais no que concerne à discussão com seus filhos sobre a sexualidade. Deste modo, a escola assumiu parte dessa responsabilidade. Segundo Jesus (1999, p.456), a escola representa "um espaço social significativo para onde o adolescente pode levar suas experiências de vida, suas curiosidades, fantasias, dúvidas e inquietações sobre a sexualidade".

Dessa maneira, podemos considerar que, outras instituições e pessoas acabam ocupando esse espaço, quando não preenchido pelos genitores. Neste sentido, é imprescindível que os pais, ao notarem a entrada dos filhos na adolescência, procurem

compreendê-los de modo a fortalecer o laço afetivo entre ambos. É importante que seja proporcionado um ambiente de confiança e de proximidade entre pais e filhos, a fim de que o adolescente não vivencie esse período de forma solitária e desorientada.

A família deve ser fonte de apoio e segurança para que o adolescente possa compreender as transformações pelas quais está passando e para que possa enfrentar os conflitos e angústias que podem ocorrer neste mesmo, principalmente no que se refere à sexualidade. (SOUSA, FERNANDES, BARROSO, 2006)

Conforme os estudos em torno do papel da família na formação da sexualidade do filho, podemos considerar que a influência da familia na construção da sexualidade é um ganho relevante para os filhos, pois isso vai ajudar as crianças a se conhecerem, defenderem-se, e confiarem que existe uma família que pode sempre estar a seu lado, ajudamndo-lhe e conscientizando do que é melhor para ele.

3. SUPERANDO TABUS E PRECONCEITOS

Diante dos estudos realizados em torno da sexualidade os mesmos nos tem mostrado que este tema, sexualidade, ainda é envolvido por muitos preconceitos, mitos, tabus e por uma forte carga emocional, o que pode dificultar que o diálogo para que o tema ocorra de forma aberta entre pais e filhos. A educação sexual é um processo e, desse modo, o ideal é que seja iniciada desde a infância, momento no qual a sexualidade também tem seu início. Ferreira (1995, p. 524), o termo tabu, relaciona-se com a:

> [...] proibição [...] de se relacionarem com pessoas, objetos ou lugares determinados, ou deles se aproximarem, em virtude do caráter supostamente sagrado dessas pessoas, objetos ou lugares, e cuja violação acarreta ao culpado ou a seu grupo o castigo divino. O autor descreve que tabu tem significado de [...] proibição convencional imposta por tradição ou costume a certos atos, modos de vestir, temas, palavras, etc., tidos como impuros, e que não pode ser violada, sob pena de reprovação e perseguição social. [...] Aquilo cujo uso é proibido. Escrúpulo sem justificativa ou fundamento positivo.

Conforme as colocações acima, percebemos que existem vários estudiosos que vão se destacar sobre alguns elementos que estão relacionados à sexualidade e sexo como à crendice, Ferreira (1995, p. 186) descreve como “[...] crença popular absurda e ridícula”.

Desse modo, segundo Ferreira (1995, p. 524) define preconceito como “conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos, ideia preconcebida”. Para o autor, preconceito é também “julgamento ou opinião formada sem levar em conta o fato que os conteste, prejuízo. Superstição, crendice, suspeita, intolerância,

ódio irracional ou aversão [...]”.

Além disso, percebemos que segundo Cardoso (2005, p. 21) que:

> Mais a repressão e os tabus sexuais, o falso moralismo, em confronto com valores e comportamento liberais contribui para a frustração e desajustes sexuais. As informações chegam até nossos lares pelos meios de comunicação, porém não mudam crenças e atitudes fortemente arraigadas, desta forma os mitos prevalecem e interferem na adequação sexual do homem.

A sexualidade sempre foi parte integrante da vida humana. As questões religiosas ou a ignorância contribuíram para que se criassem as mais estapafúrdias ideias relacionadas à sexualidade. As questões como a masturbação, a contracepção e o conhecimento do próprio corpo são consideradas assuntos absurdos a serem tratados com os jovens, quando se propõe uma aula debatida com abordagem do tema sexualidade, logo se ouvem os risos, ou, outros que ficam completamente avermelhados e que se pudessem entravam num “buraco” a não ter que discutir sobre o assunto.

Desenvolver o tema da sexualidade significa tratá-lo nas suas diferentes dimensões: biológica, psicológica, sociocultural, filosófica, histórica, ética, entre outras. Qualquer que seja a abordagem, ao tratar da temática, devemos considerar as múltiplas formas de prazer e satisfação (FIGUEIRÓ, 2010). É preciso então mostrar de maneira madura aos jovens que as questões sobre adolescência e sexualidade não devem ser vistas como tabu, e sim como algo presente na vida de cada um.

Embora a mulher tenha conquistado e vem conquistando “espaços” na sociedade que nunca havia ocupado anteriormente, e assim impondo seu respeito perante os homens, ainda persiste certo conservadorismo em relação à sexualidade, mantendo vivos os mitos e tabus e interferindo na expressão de sua sexualidade. O diálogo sobre erotismo, desejo, satisfação e fantasias sexuais é deixado para um momento mais oportuno, impedindo que sejam relatados preconceitos morais e religiosos. Isso acaba criando moralismos para homens e para mulheres, onde estas são submissas aos homens e deixam de viver o prazer nas relações conjugais. (BRUNS; ALMEIDA, 2004)

Os professores, independente da área de formação, devem contribuir para que os tabus e preconceitos ligados à sexualidade sejam excluídos ou no mínimo suavizados e que o conhecimento geral dos educandos sobre o assunto seja melhorado para que cada indivíduo viva de forma apropriada e singular sua sexualidade.

Diante dos estudos desenvolvidos, podemos compreender que os mesmos nos mostram que a superação de tabus e preconceitos possui um papel para a importância do

exercício saudável da sexualidade humana e da responsabilidade dos atos e atitudes, destacando que os assuntos ligados à sexualidade, rodeados de mitos e tabus, devem ser desmistificados.

4. FREUD E FOUCAULT E A CONCEPÇÃO DE SEXUALIDADE

Neste contexto vamos procurar abordar a sexualidade na concepção de Foucault e Freud, onde se inicia com a colocação da obra "Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade" (1905/1996), em que Freud afirma que a sexualidade não é característica exclusiva da puberdade, pois ela se faz presente desde a infância. Assim, de acordo com o autor, o caminho para o encontro do objeto é preparado desde a mais tenra infância. Ou seja, o processo de escolha objetal, que é retomado na adolescência, acontecerá seguindo, de alguma forma, os vestígios deixados pelas relações iniciais da infância. Por isso será melhor compreendido quando nos voltarmos para Foucault (2014):

Entendendo a sexualidade como construção social, histórica e política, relacionada ao poder e à regulação, com formas e variações impossíveis de serem explanadas sem examinar e explicar seu contexto formativo (FOUCAULT, 2014), promovemos um trabalho investigativo que focaliza o educador e sua experiência, acerca da sexualidade infantil, com a criança e seu corpo em desenvolvimento, num programa pedagógico, onde a temática sexualidade não foi prescrita e nem pensada, mas se faz presente no cotidiano pelas experiências que os pequenos vivem e manifestam na escola.

Como podemos perceber acima que a ideia preconizada por Freud de que as ações humanas estão implicadas em determinações inconscientes, representou, para Foucault, a inauguração de um saber subversivo, com um grande potencial transgressor face aos pensamentos científicos hegemônicos. Mas, ao analisar a lenta implantação da sexualidade na forma de um grande dispositivo de poder e controle inerente à burguesia, que passa a investir maciçamente no corpo e na sexualidade, a Psicanálise passa a ser vista como mais um jogo de verdade resultante dos agenciamentos produzidos pelas estratégias de poder. Instala-se, portanto, a partir dos estudos sobre o analítico do poder, uma interlocução de caráter mais crítico de Foucault em relação à Psicanálise, que esta última terá de enfrentar, se quiser manter uma interlocução fecunda com este autor.

Conclui-se então, que para Freud, não importa por qual objeto ocorrerá à descarga da excitação da pulsão sexual, o que é realmente importante é livrar o psiquismo da constante pressão que os estímulos sexuais inferem sobre ele.

5. ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Ao desenvolvermos nossos estudos voltados para a relevância da tão discutida sexualidade, tema que permeia sobre a orientação sexual na escola, que se refere ao contexto, pois se presencia tamanha necessidade de discutir a questão na escola, de forma interdisciplinar, para mostrar as relações sociais que permeiam a vida dos seres humanos. Nesse contexto, acredita-se que a escola deve mudar sua postura de estar sempre submetida a valores retrógados, em que se mantem tornando-se lugar "[...] senão de silencio absoluto, pelo menos de tato e discrição [...]". (FOUCAULT, 2014)

Com relação à orientação sexual sob o enfoque da escola, observa-se a dificuldade encontrada pelos pais no que concerne à discussão com seus filhos sobre a sexualidade. Deste modo, a escola assumiu parte dessa responsabilidade, e Jesus (1999, p.456) cita que ela é "um espaço social significativo para onde o adolescente pode levar suas experiências de vida, suas curiosidades, fantasias, dúvidas e inquietações sobre a sexualidade".

Nesta perspectiva, a promoção e a difusão de discussões constituem um método eficaz para o desenvolvimento da temática no âmbito escolar, pois, além de apresentarem caráter esclarecedor, contribuem para atenuar as crenças equivocadas nessa área. Entretanto, para assegurar a eficácia dessa ação, é preciso que os próprios professores reflitam, previamente, sobre seus valores e preconceitos, evitando que esses sejam transmitidos aos alunos (JESUS, 1999). Brasil (1998, p.299) descreve que "o trabalho realizado pela escola [...] não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa".

A escola exerce uma função demasiadamente importante na vida dos alunos, hoje em dia ela acaba sendo parte quase que total da educação e ensino aprendizagem dos alunos. A família deixou de fazer o seu papel de educar e acabou transferindo todas as responsabilidades para a escola, diante destas circunstâncias percebe-se que os alunos levam para a escola uma bagagem mínima de informação e assim a escola torna-se fundamental na vida dos adolescentes. (AQUINO, 1997)

A escola, bem como o seu corpo docente, têm o dever de transferir aos alunos todo o conhecimento necessário para que ele se torne um cidadão justo e respeitoso perante a sociedade, e, dentre estas informações dos saberes, entra também o estudo sobre adolescência e sexualidade. (AQUINO, 1997)

Na Matriz Curricular do Ensino Fundamental, o tema "Adolescência e Sexualidade" faz parte da grade do 8º ano, porém, não é possível deixar de se focar nestes temas em outras séries do Ciclo II, devido a tanta falta de informação que é notável entre alunos.

Os jovens começam a ser relacionar muito cedo, tanto na vida amorosa, quanto na sexual. Na escola uma extrema inércia para mudar as formas de comportamento e os valores e que ela é o reflexo da sociedade e, por isso, nela existem fatos e ações que fazem parte do seu próprio currículo oculto. Sendo assim, se essas situações se concretizam nas atitudes sociais que predominam, onde se torna difícil mudá-las, já que a participação de outros grupos na ação educativa (pais, associações de cidadãos, instituições municipais, etc.) não têm sido eficazes. Além disso, existem certos grupos de professores que afirmam que sua tarefa exclusiva na escola consiste em ensinar certos conteúdos conceituais. (GAVÍDIA, 2002)

Ainda segundo Gavídia (2002), percebe-se que existe uma ausência de formação inicial dos educadores sobre a transversalidade, visto que este assunto não foi tratado no curso universitário e em razão dessa lacuna, nota-se uma situação de desprezo ao que representam as matérias transversais, de desenvolvimento de atitudes, de contextualização dos temas de estudo, de aproximação à realidade e às necessidades dos alunos. Outro requisito básico para o professor assumir a responsabilidade de um projeto de educação sexual, é sua necessária formação neste tema, pois, torna-se difícil trabalhar de maneira efetiva qualquer tipo de situação dentro da educação, se os educadores não tiverem o preparo necessário para entender e compreender os principais problemas causados e que prejudicam a sociedade e os alunos em particular ficará difícil à disseminação entre os adolescentes.

A falta de informação sobre sexo e sexualidade, acaba trazendo sérias consequências para o futuro dos jovens, que muitas vezes torna-se um caminho sem volta, diante de todos os problemas observados no comportamento dos jovens, a escola torna-se mediadora de conflitos e confusões muitas vezes desnecessárias se os adolescentes ao menos tivessem conhecimento de seu próprio corpo. Mediante todas essas questões, a escola necessita propiciar em seu âmbito métodos que auxiliem o docente em sua prática para que possibilite aos jovens o conhecimento e a informação consciente sobre os assuntos abordados. (AQUINO, 1997)

O professor, ao trabalhar as questões relativas à sexualidade, deve explorar as informações que os adolescentes possuem sobre o assunto, promover discussões para aquisição de novas informações e esclarecimentos de dúvidas e, a partir disso, permitir que cada aluno transforme e reconstrua o próprio conhecimento, segundo seus valores.

Diante disso, observa-se a busca dos adolescentes na escola por uma educação que propicie informação, discussão e solução para seus problemas. E os autores consideram que a instituição, além de desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes, pode promover mudanças comportamentais, pois, o interesse dos adolescentes pelos assuntos ligados à sexualidade deve ser aproveitado e orientado conforme suas necessidades, peculiaridades e

particularidades para que então eles possam ter respostas para suas indagações.

Neste sentido a inclusão da temática da sexualidade nos currículos escolares é de fundamental importância e urgência, visto que esta é considerada como algo inerente a vida e a saúde, que se expressa no ser humano durante toda vida relacionada com o direito do prazer e do exercício da mesma com responsabilidade. A orientação sexual é um processo formal e sistematizado que se propõe a preencher as lacunas de informações, erradicarem tabus e preconceitos, como também abrir discussões sobre as emoções, valores que impedem o uso dos conhecimentos. Para isso, o estudo da sexualidade humana deve ser abordado de forma multidisciplinar, tanto quanto possível em todas as disciplinas do currículo escolar.

Ainda pode-se dizer que as dificuldades dos professores em realizar a educação sexual por em vários motivos, tais como: timidez, insegurança para debater o tema, falta de formação docente; da reprodução da repressão sexual a qual os educadores foram submetidos e até mesmo da ideia de que o tema deva ser tratado exclusivamente pela família.

A sexualidade é o que há de mais íntimo nos indivíduos e aquilo que os reúne. Hoje no Brasil, há diferentes grupos construindo sua metodologia de trabalho na área, nem sempre utilizando o termo Orientação Sexual para designar sua ação educativa. Orientar sexualmente é um desafio para o sistema educacional vigente. O que podemos perceber, de maneira geral, é que está faltando uma maior atenção por parte dos educadores em relação a um processo interdisciplinar, que concretize uma abordagem mais significativa na área.

Não se quer incluir a escola como solucionadora de todos os problemas, pois quem assim pensa tem uma visão ingênua e limitada, mas pelo menos poder contar com uma instituição social, que forneça informações adequadas e corretas no sentido de contribuir para uma visão positiva da sexualidade, como parte integrante dos elementos que contribuem para uma formação harmoniosa do cidadão, visto que não basta apenas acompanhamento familiar, a escola assume um papel bastante importante na vida sexual dos seus alunos.

Portanto, os estudos voltados para a orientação sexual/educação sexual na escola deverá levar em consideração diversos aspectos que não diz respeito somente a uma questão curricular, uma vez que é muito mais complexo envolvendo recursos humanos e pedagógicos e a comunidade como um todo, por isso é preciso que se trabalhe com muita sensibilidade buscando sempre escolher criticamente os procedimentos, observando as necessidades e interesses das pessoas envolvidas, respeitando a faixa etária, o nível de aceitação, formação tanto individual como grupal. Assim também, entende-se que é preciso promover um processo de formação continuada para os professores para que, estes possam, conjugar esforços na direção de uma verdadeira orientação sexual curricular.

6. EDUCAÇÃO SEXUAL NA PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ, DSTS, AIDS

Diante dos assuntos desenvolvidos sobre sexualidade percebemos que não é tão fácil falarmos de sexo, é extremamente difícil, mesmo em nossa era, onde se vive intensamente as consequências da revolução sexual, da prevenção da gravidez, DSTS, AIDS. Falar de sexualidade significa ainda falar de repressão, poder, preconceito, interdição do corpo, desejo, paixão, prazer, vida, morte, controle, gênero, pecado, opção sexual, construção de papéis sexuais, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS; enfim, de todas as representações sociais que giram em torno dela na sociedade.

Ao tratarmos do assunto considera-se a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se ao prazer e à sexualidade; envolve as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro, e ainda verifica-se, a orientação sexual da forma que vem sendo trabalhada na escola, se realmente contribui para preparar os alunos principalmente na adolescência para sua formação sexual futura.

É a fase em que a menina deixa de ser “menina” e passa a ser mulher, gera uma série de conflitos na cabeça e na parte hormonal, quando entram nesta fase elas acreditam que já podem fazer tudo e que seu organismo está plenamente formado. Existem muitos questionamentos, como por exemplo: mas se é possível engravidar quando se menstrua, então por que não pode?

Algumas abordagens são limitadas, já que não se abrange outras dimensões da experiência da gravidez, tais como a vivência da mulher durante o processo da gravidez, seus desdobramentos sociais e culturais, etc. Fica evidente que algumas adolescentes encontram dificuldades quando estão grávidas, com o passar dos anos, as exigências tornam-se sociais, como a inclusão da mulher no mercado de trabalho, os estudos, as expectativas pessoais de cada adolescente e de seus familiares. (OLIVEIRA, 1998)

O período que marca a adolescência feminina seria justamente a menstruação, onde começa o desenvolvimento dos órgãos sexuais, ou seja, eles ainda não estão preparados para receber um embrião, somente após alguns longos anos é que o organismo estará preparado para que a mulher possa gerar um bebê. A gravidez na adolescência pode acarretar sérios problemas e consequências para a vida da adolescente, desde um conflito familiar, até problemas com a saúde, então é preciso conhecer e entender o corpo para que os processos da vida ocorram na hora certa e da melhor maneira possível.

Em nossa sociedade, a sexualidade não tem sido explorada e/ou dialogada de modo que as pessoas sejam educadas a conhecê-la e aprender que o seu exercício não é feio e

pecaminoso, culminando, nesse sentido, em uma deseducação sexual. O “não dialogar”, desse modo, facilita a exposição de adolescentes a situações de riscos relacionados ao exercício da sexualidade, como gravidez indesejada, contágio de infecções sexualmente transmissíveis, traumas psicológicos e emocionais resultantes da vivência de uma sexualidade frustrante. (TRINDADE & BRUNS, 1999)

Diante da perspectiva, destaca-se que estudos em educação sexual, no contexto escolar são de fundamental importância, pois visa refletir como ela é conduzida e trabalhada na escola. Ainda assim, o PCN em relação específica ao conteúdo sobre doenças sexualmente transmissíveis aponta desvincular a sexualidade dos tabus e preconceitos à AIDS, que é tratada ao oposto que a mídia expõe tal qual “AIDS mata!”. A mensagem do PCN, sobre Orientação Sexual é “AIDS previne-se!”, devesse, portanto, discutir o preconceito e a discriminação aos portadores do vírus HIV e aos doentes de AIDS, adotando valores e solidariedade em relação a respeito mútuo e cidadania.

Embora seja primordial docentes capacitados para o trabalho de educação sexual, é preciso que haja capacitação para educadores, cursos de formação inicial e continuada de professores, para lidar com a sexualidade dos adolescentes ainda não ter chegado às instituições escolares em termos de realidade brasileira.

Atualmente os professores podem, por exemplo, procurar facilmente, na rede mundial de computadores, por cursos de capacitação relativamente flexíveis, como aqueles ligados a pós-graduações, cursos de curta duração oferecidos no âmbito de programas ou projetos de extensão vinculados a instituições de ensino superior, cursos de curta duração oferecidos na modalidade de ensino à distância, dentre outros. Além disso, especialistas com capacitação comprovada em educação sexual podem promover uma constante reciclagem de conhecimentos dos professores, servindo de suporte técnico na orientação de problemas educativos. Diante do exposto, entende-se que apesar do MEC ter incluído nos PCNs a abordagem da sexualidade nos currículos das diversas áreas do conhecimento, como tema transversal, este assunto ainda é pouco trabalhado e de forma insatisfatória na escola.

Apesar disso, é igualmente importante destacarmos que ações e propostas isoladas, como palestras ou cartilhas, não atingem os adolescentes de forma eficiente, pois somente os sensibilizam, mas não colaboram para que ocorram mudanças positivas e significativas. Receitas prontas e palestras uma vez ao ano são atividades que negam a participação e o diálogo, pois, no caso, os adolescentes apenas recebem as informações, continuando com dificuldades para superar seus conflitos.

Desta forma, neste contexto procuramos abordar essa importância de orientar os jovens quanto à prevenção da gravidez, DSTS, AIDS e outras doenças para que possam conscientemente livrar-se dessas mazelas.

7. OS PCNs E O ECA E O DIREITO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Em 1998 o tema sexualidade foi inserido como tema transversal nos PCNs, para nortear a Educação Básica no Brasil. Os PCNs reforçam o papel da escola como ambiente de aprendizagem, de construção do conhecimento e de discussão sobre assuntos relevantes do cotidiano dos estudantes. Nessa abordagem o Tema Transversal Orientação Sexual:

> Não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. (BRASIL, 1997, p. 121)

A escolha dos temas transversais, como “Orientação Sexual” proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais seguiram os seguintes critérios: urgência social, abrangência nacional, possibilidade ensino e aprendizagem no ensino fundamental com possibilidade de favorecer a compreensão da realidade e a participação social.

Ao tratar de questões sociais, os temas transversais se remetem à necessidade de se recorre a conjuntos de conhecimentos relativos a diferentes áreas do saber. Segundo o PCN, o espaço escolar permite às crianças esclarecerem suas dúvidas e formular novas questões aliviando suas ansiedades que muitas vezes interfere em seu aprendizado. O tratamento da sexualidade nos anos iniciais, através da adoção de um trabalho pedagógico proporciona a eles encontrar na escola um espaço de informação e de formação respeitando o momento de seu desenvolvimento, transversalizando o saber com diferentes disciplinas.

O PCN, v.10, propõe que a partir da 5ª série o trabalho se torne sistemático e seja tratado em um lugar específico. “Esse espaço pode ocorrer na forma de uma hora-aula semanal para os alunos (dentro ou fora da grade horária existente, a depender das condições da escola)”. (BRASIL, 1997, p. 129)

Este tema vincula-se ao exercício da cidadania e no final do ensino fundamental espera-se que os alunos sejam capazes de respeitar o outro, a respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes relativos à sexualidade, buscando o prazer como uma dimensão saudável, contra as discriminações, respeitando seus desejos e dos outros, além da proteção dos relacionamentos sexuais exploradores e coercivos, além de agir com

solidariedade aos portadores de HIV e, também a proteção nas práticas sexuais ao iniciar seu relacionamento sexual usando métodos contraceptivos e desenvolver a consciência crítica e responsável nas tomadas de decisões.

Como não há uma receita, pronta a ser aplicada, para que a Educação Sexual seja construída em sua prática pedagógica é necessário como educador, rever os próprios conceitos, rever sua própria sexualidade e, a pedagogia deve permear sob a perspectiva na concepção emancipatória. É preciso uma abordagem da sexualidade que supere a da proposta regulada pelo Parâmetro Curricular Nacional (1997), proposta esta como tema transversal com as demais disciplinas, nesse sentido a abordagem se perde, ela precisa ser sistematizada, intencional, requer investigação sobre o tema, referencias enfim, não é um tema fácil, mas quando pesquisado passa a ser contagiante.

Nessa perspectiva, pode-se dizer também que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é também outro documento que traz a Doutrina da Proteção Integral dos Direitos da Criança, que coloca a criança e o adolescente como sujeitos de direito com proteção e garantias específicas, como dito anteriormente. Para que isso seja alcançado, estruturou-se em dois princípios fundamentais:

1. Princípio do Interesse do Menor: todas as decisões que dizem respeito ao menor devem levar em conta seu interesse superior. Ao Estado, cabe garantir que a criança ou o adolescente tenham os cuidados adequados quando pais ou responsáveis não são capazes de realizá-los;
2. Princípio da Prioridade Absoluta: contido na norma constitucional (artigo 227), ele estabelece que os direitos das crianças e dos adolescentes devem ser tutelados com absoluta prioridade.

Considerando esses princípios, o ECA (2011), tenta garantir aos menores os direitos fundamentais que todo sujeito possui: vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização e proteção no trabalho. Enfim, tudo para que possam exercer a cidadania plena.

Por conta das questões aqui discutidas, acreditamos que o ECA, os PCNs e outras Leis que ordenam a vida social também precisam ser conhecidos e colocados em debate. Muitos cidadãos não as conhecem e mesmo para uma faixa etária inicial, é necessário contextualizar o assunto e esclarecer a eles que a Orientação Sexual e a Sexualidade são garantias de todo cidadão e que a busca da Cidadania, da Sexualidade e do Respeito implica a discussão de

forma correta, e nós na escola podemos fazer isso de forma interdisciplinar para formar uma consciência sobre as questões em nossos alunos.

Conforme os estudos desenvolvidos passamos a compreender que a sexualidade é uma reflexão que ainda é um “tabu”, e que remete muito mais o lado da reprodução, da procriação, dos métodos anticoncepcionais, do combate à natalidade, do que propriamente ao exercício de autoconhecimento, do respeito ao outro e da “verdadeira significação” do que vem a ser “sexo”, “sexualidade”, “prazer”, e até mesmo falar das doenças como “HIV”, “orientação sexual” (seguindo o PCN), assim como uma infinidade de conceitos que fazem parte do contexto do assunto “Sexualidade”, para que possamos ajudar os alunos nessa formação de sua consciência sobre o assunto.

Sendo assim, os estudos nos mostram que discutir a sexualidade, é discutir a vida, o preconceito sexual, a violência contra a orientação sexual, a discriminação, a exclusão de grupos ditos “minoritários” e, especialmente, é discutir o amor ao outro, o respeito, o ser tolerante e, sobretudo, conviver em harmonia com todos os grupos e sujeitos sociais que compõe a grande massa de cidadãos-trabalhadores que foram culturalmente “educados” sob a visão do machismo, que fica contra o que a sociedade intitula de “diferente” aprofunda ainda mais a reprodução do preconceito e da falta de informação que condiciona a fatos de discriminação social que, por vezes, nós mesmos nos acomodamos por motivos diversos e não esclarecemos de forma certa para os alunos.

8. ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA E O PAPEL DO PROFESSOR

Abordarmos a orientação sexual na escola nesses últimos anos, os estudos nos tem mostrado que não é uma tarefa fácil, é um desafio, pois a temática é um tanto complexa, embora seja necessária uma discussão sobre as questões e concepções que envolvem o tema acima. É imprescindível a construção destes referenciais, pois assim se pode discutir os valores e as construções sociais que os envolvem, bem como a influência desta construção, amparada em autores e PCN no sentido de focar o papel do professor nessa ação.

Falar de sexo é extremamente difícil, mesmo em nossa era, onde vivemos intensamente as consequências da revolução sexual iniciada no final dos anos 60. Falar de sexualidade significa ainda também falar de repressão, poder, preconceito, interdição do corpo, desejo, paixão, prazer, vida, morte, controle, gênero, pecado, opção sexual, construção de papéis sexuais, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS; enfim, de todas as representações sociais que giram em torno dela na sociedade.

Ao tratar do assunto considera-se a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se ao prazer e à sexualidade; envolvem as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro, e ainda verificar se, a orientação sexual da forma que vem sendo trabalhada na escola, se realmente contribui para preparar os alunos para sua formação sexual futura.

Dessa forma, entendemos que estas questões não estão fora do espaço escolar. A partir de meados dos anos 80, a demanda por trabalhos na área de sexualidade nas escolas aumentou em virtude da preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada entre os adolescentes e com o risco da contaminação pelo HIV (vírus da AIDS) entre os jovens. Por conta disso, o professor deve atuar como principal mediador do processo de ensino-aprendizagem. Grande parte das informações e conteúdos mediados por ele deve ocorrer através do diálogo entre ele e seus alunos, pois segundo os PCN:

> Será por meio do diálogo, da reflexão e da possibilidade de reconstruir as informações, pautando-se sempre pelo respeito a si próprio e ao outro, que o aluno conseguirá transformar e/ou reafirmar concepções e princípios, construindo de maneira significativa seu próprio código de valores. (BRASIL, 1998, p.128)

Neste sentido, o diálogo é imprescindível para mediar à temática sexualidade, e nem é necessário que o professor seja um especialista no assunto, mas que seja capaz de propor alternativas que incluam a sexualidade como tema, favorecendo a reflexão e o debate de ideias, pois muitos professores ainda se sentem despreparados para tratar esse assunto, o que pode ser reflexo de sua formação como coloca Silva (2013):

> Os currículos dos cursos de formação de professores e professoras deveriam conter falas e vivências sobre a sexualidade humana, despertando possibilidades do corpo e das emoções. Conhecer a sexualidade não significa aprender a estrutura dos genitais. Educação sexual centrada na genitalidade advém de uma educação que disciplina, organiza e concentra o prazer nos genitais; procedendo, anestesia ao resto do corpo. (p.13)

É relevante que os docentes reconheçam a importância de trabalhar a sexualidade, para explorá-la para além da perspectiva biológica. Tonatto e Sapiro (2008) afirmam:

> Os professores, [...] apesar de perceberem a necessidade de adotar uma abertura para o tratamento das questões relativas à sexualidade na escola, continuam sem subsídios adequados para essa questão. Sendo assim, geralmente, acabam por relegá-la a um enfoque totalmente biologizante, que tem como função de preservar o educador frente aos alunos, com relação aos seus próprios questionamentos receios e ansiedades. (p. 167)

A educação sexual, entendida como um fenômeno biopsicossocial, que reflete uma concepção do corpo humano integrada não é comum no ambiente escolar, pois muitos professores têm diferentes opiniões e concepções sobre o tema, o que pode influenciar para uma abordagem biologizante. Além disso, para que os professores mediem essa temática, de acordo com Souza (2002, p.119):

> As habilidades que se espera de um educador sexual são flexibilidade, compreensão, bom senso, confiabilidade (saber ouvir sem criticar) decisão rápida, mente aberta e personalidade equilibrada. Vai precisar de muito jogo de cintura, carisma, ser amigo, respeitador e deve ter um cuidado especial com os assuntos ligados aos diferentes pontos de vista das religiões, com as questões éticas, além de esforçar-se para não impor os seus valores pessoais.

Diante das questões, percebemos que, o professor tem um importante papel na mediação de conteúdos no ambiente escolar, mas quando se trata do tema sexualidade existem algumas dificuldades e facilidades. Desidèrio (2014) explica que as dificuldades que os professores apresentam estão relacionadas à repressão sexual recebida, insegurança na utilização das palavras e na mediação do tema, além temer a abordagem psíquica do assunto, buscando somente mediar questões a respeito da anatomia do aparelho reprodutor.

Apesar de essas dificuldades retratarem o tipo de abordagem feita pelo professor, vale ressaltar que existem facilidades nesta mediação. Desidèrio (2014) descreve como facilidades: a necessidade que os alunos possuem em falar sobre o assunto, pois, a partir daí, pode-se desenvolver melhor a temática, o que leva o professor a ter mais segurança em discorrer sobre o assunto. Outra facilidade é referente à formação continuada dos professores, pois permite que eles aprendam e utilizem estratégias mediacionais diversas para abordar o tema em sala.

Com a inclusão da orientação sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, tais como masturbação, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura.

Em relação aos estudos realizados percebemos que quando se trata de trabalhar a educação sexual na escola a coisa não é tão fácil assim, porque o que vem caracterizar a promoção da sexualidade na escola, é a constatação do papel protagonista dos determinantes gerais sobre as condições de vida, conceito relacionado ao segundo grupo, que foca o entendimento da sexualidade como produto de um amplo conjunto de fatores relacionados à falta de orientação escolar e familiar, e também a qualidade de vida.

Neste sentido a saúde encontra-se vinculada aos direitos humanos, ao direito ao trabalho, à moradia, à educação, à alimentação e ao lazer. A escola representar um espaço

onde se constituem os cidadãos desses direitos, por meio de práticas realizadas por sujeitos sociais críticos e criativos, capazes de construir conhecimentos, relações e ações que fortalecem a participação das pessoas na busca pela saúde. (BRASIL, 2005)

Assim, ao incorporar o tema da sexualidade em seu projeto político-pedagógico, a escola passa a promover ações educativas em saúde que levam à reflexão sobre o que é ter uma vida sexual, em que fase pode começar, etc. É por meio dessa reflexão, a partir da realidade, que as pessoas vão descobrindo que é impossível falar de saúde sem pensar nas condições de moradia, de trabalho, na alimentação, na educação, nos serviços de saúde, no lazer, na forma como nos relacionamos com as pessoas, na forma como protegemos a natureza e o meio ambiente, na força da nossa organização, na decisão política, enfim, nas condições de vida da comunidade. (BRASIL, 2005. p.8)

Penso ser pertinente destacarmos que ações que remetem à interface educação e sexualidade, ou seja, de educação buscando falar da saúde, com uma abordagem interdisciplinar e saberes integrados entre as disciplinas para serem construídos. Porém, o profissional que visa à interdisciplinaridade na educação só torna efetiva sua prática ao assumir uma postura transdisciplinar para além do conhecimento formal, mas que envolva outros aspectos como os emocionais, intelectuais e espirituais característicos do homem.

A educação precisa compreender a sexualidade como resultado de múltiplos fatores ligados a diversas áreas da atuação humana e, devido a isto, seus conteúdos devem ser trabalhados no desenvolvimento de todo o currículo escolar, e não apenas em alguns momentos estanques da educação. Da forma como ainda acontece nas escolas, os conteúdos ligados, por exemplo, à saúde, além de desconectados da vida concreta dos alunos e de disciplinas que não sejam Ciências ou Biologia, são bastante simplificados, normativos e centralizados, principalmente, em hábitos de higiene e cuidados ambientais.

Assim, a escola que trabalha com a promoção de temas como a sexualidade deve oferecer uma educação de qualidade e que favoreça o desenvolvimento da autonomia e da autoestima do aluno e da comunidade, estimulando atitudes críticas e escolhas responsáveis em relação ao seu cotidiano. Desse modo, a criança e o adolescente são sujeitos ativos do processo educativo, sendo compreendidos no seu contexto histórico social e cultural.

A educação não significa um processo de adaptação do indivíduo à sociedade, pois o ser humano deve transformar a sua realidade para ser mais. Deste modo, uma educação que pretendesse adaptar o sujeito estaria liquidando sua possibilidade de ação, de escolha, de criatividade. “A educação deve estimular a opção e afirmar o homem como homem. Adaptar é acomodar, não transformar” (FREIRE, 1993, p.32). O autor ainda lembra que o

desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente. Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora. (p.33)

Dessa forma, fica evidente o aspecto político da educação como promotora de cidadania e mudança social, sendo que a tarefa de conscientização da necessidade de cuidar da própria saúde deve partir da estruturação da identidade cidadã, não se restringindo à resolução de problemas individuais.

Assim, entende-se que os professores, independente da área de formação, devem contribuir para que os tabus e preconceitos ligados à sexualidade sejam excluídos ou no mínimo suavizados e que o conhecimento geral dos educandos sobre o assunto seja melhorado para que cada indivíduo viva de forma apropriada e singular sua sexualidade.

Apesar disso, é igualmente importante destacar que as ações e propostas ainda são muito isoladas, as palestras ou cartilhas, não atingem os adolescentes de forma eficiente, pois somente os sensibilizam, mas não colaboram para que ocorram mudanças positivas e significativas. Receitas prontas e palestras uma vez ao ano são atividades que negam a participação e o diálogo, pois, no caso, os adolescentes apenas recebem as informações, continuando com dificuldades e desconhecimentos quanto à questão para superar seus conflitos.

9. EDUCAÇAO SEXUAL NA ESCOLA E A PARTICIPAÇÃO DO GESTOR E TÉCNICOS PEDAGÓGICOS.

Abordar a importância da participação seja do gesto ou técnico pedagógico no processo da educação sexual escolar é necessário ressaltar que a instituição escolar é envolvida por um território dinâmico, que traz para si vários profissionais (gestores, coordenadores, professores, serventes) e, por consequência, várias funções. Dentre eles, é o gestor, que assume a posição de poder e de decisão sobre os mais variados temas, aspecto central para a discussão das formas de implantação da educação sexual.

Compreendemos que diante dessa realidade, o papel do gestor não deve apenas permear o gerenciamento administrativo e financeiro e a coordenação e controle de pessoal, mas exercitar um olhar permanentemente reflexivo acerca das necessidades escolares. Assim, a gestão envolve o processo político da administração, as tomadas de decisão e a qualificação das medidas assumidas no desempenho do seu papel. O termo “gestão”, para Lück (2010),

implica a compreensão da organização educacional e de seus procedimentos e o entendimento das demandas da educação associadas às necessidades dos educandos.

Atualmente, o gestor escolar deve reunir aptidão e competência para promover objetivos perceptíveis, incentivando os educadores e estimulando ações que envolvam todo o corpo docente em atitudes participativas e coletivas. Um gestor ágil tem a capacidade de fortalecer o potencial de trabalho de todo o grupo, fazendo com que os membros se sintam capazes de programar realizações com sucesso nos projetos desenvolvidos, bem como nas medidas necessárias à educação sexual na instituição.

As unidades escolares bem coordenadas dispõem de confiança e interação com a coletividade na edificação de objetivos pedagógicos e curriculares. Assim, devem-se criar condições para uma mútua troca de conhecimentos entre professores e funcionários, criando um vínculo a favor de um clima organizado e gratificante.

A esse respeito, é importante salientar, de acordo com Lück (2010), que os dirigentes da escola ao redor do mundo estão descobrindo que os modelos convencionais de liderança não são mais adequados. As escolas necessitam de líderes capazes de trabalhar e facilitar a resolução de problemas em grupo, capazes de trabalhar junto com os professores e colegas, ajudando-os a identificar suas necessidades de capacitação e adquirir as habilidades necessárias e ainda serem capazes de ouvir o que os outros têm a dizer, delegar autoridade e dividir o poder. (p.34)

Ao gestor escolar é fundamental uma postura democrática, que possa conduzir o corpo docente e a comunidade à participação alinhada e ao encadeamento das decisões. A qualidade da educação deve possuir uma coesão que, segundo Lück (2010), será estabelecida, encorajada e norteada pela chefia da direção da escola e sua equipe gestora. Por isso, "...a gestão escolar deve dar um sentido, impulso, perseverança e uma lógica à ação educacional, melhorando assim seus desempenhos e processos educativos". (LÜCK, 2010, p.15)

Segundo Lück (2010), a gestão escolar precisa dar vez e voz à própria escola, pois ela reproduz as desigualdades do grupo social. Enquanto não se renovar o sistema como um todo, a escola continuará a mesma.

É imprescindível a atuação do gestor para que de fato, mudanças na escola como um todo, envolvendo toda a equipe escolar. Lück (2010) propõe a expansão das relações de ensino-aprendizagem, o que deve ser implantado a partir do interior das salas de aula.

O gestor deve atuar na integração de toda a equipe diante do acolhimento das discussões atuais. As noções contemporâneas da Educação Sexual preveem a necessidade de a escola refletir sobre sua composição interna, sua direção, suas configurações em termos de

períodos, lacunas e condições de ensino, e isso leva a uma nova concepção de escola. É indispensável que se renovem os velhos padrões de ensino e aprendizagem a partir das necessidades do educando, levando em consideração a função social do sistema. Isso implica, vincular o conhecimento pessoal ao conhecimento científico e acompanhar as transformações sociais, sem dissimular a realidade, conquanto buscando reformulá-la.

Ribeiro e Menin (2005) observam que o papel do gestor é de primeira necessidade para a divulgação da educação sexual e da educação como um todo na escola, e a função de vincular todos esses processos são provocadoras.

Conforme a discursão em torno do papel do gestor, este deve atuar na integração de toda a equipe diante do acolhimento das discussões atuais. As noções contemporâneas da Educação Sexual preveem a necessidade de a escola refletir sobre sua composição interna, sua direção, suas configurações em termos de períodos, lacunas e condições de ensino, e isso leva a uma nova concepção de escola.

Embora seja essencial o papel particular do gestor no planejamento das atividades envolvendo a educação sexual, Bonfim (2009) pontua algumas prioridades:

> ... a inserção da sexualidade no currículo escolar demanda, inicialmente, a criação de um espaço de discussões e debates voltado para a preparação da equipe docente responsável pelo trabalho desta temática no contexto escolar. Neste espaço, os próprios educadores poderão refletir sobre as questões ligadas à sexualidade revendo seus preconceitos e tabus, bem como diversificando o conhecimento sobre o tema através de pesquisas bibliográficas e da busca de experiências com outros profissionais da área de educação e de outras áreas do conhecimento, tais como: medicina, psicologia, sociologia, entre outros. (p.34)

Especificamente em relação à discussão dos PCN’s sobre a justificativa da importância de incluir Orientação Sexual como tema transversal nos currículos e sobre a postura do educador/técnico e da escola ajudar nesta questão, descrevendo as referências necessárias à atuação educacional ao tratar do assunto, levando em consideração que o objetivo deste documento é promover reflexões e discussões de técnicos e equipes pedagógicas, como responsáveis com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica da escola no trato de questões da sexualidade. (BRASIL, 1998, p. 287)

Pode-se dizer que a Orientação Sexual realizada pelos técnicos pedagógicos na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos, pelo esclarecimento das práticas e direitos legalmente garantidos e que podem ser compreendidos no interior da escola pelo citado profissional. Nisso, o trabalho da Orientação Sexual na escola pelos técnicos pedagógicos, é um dos fatores que contribui

consideravelmente para orientar professores e dirimir contextos como a prevenção de problemas graves como abuso sexual e a gravidez indesejada dos adolescentes, ao torná-los conscientes e esclarecidos das situações.

Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas pelos técnicos pedagógicos, a discussão de questões polêmicas e delicadas como masturbação, iniciação sexual, o ato de "ficar", o namoro, a homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, com a ajuda desse profissional, em muito vai contribuir para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura.

Sendo assim, este profissional pode introduzir discussões e reflexões com a finalidade de esclarecer, conscientizar e sistematizar ações pedagógicas na escola no trato de questões da sexualidade para assim não se pode ignorar, ocultar ou reprimir, são respostas habituais dadas por profissionais da escola, e em especial o técnico pedagógico, baseado na ideia de que a sexualidade pode e deve ser tratada na escola e não apenas pela família. A sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela "invade" a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula, mas pela conscientização e convivência social entre eles.

Neste caso, se tratando do papel do gestor e do técnico pedagógico no processo de ensino aprendizagem do educando é preciso se ter a consciência que a educação sexual não seja objeto de estudo distante das práticas gestoras na escola. Assim, gestores e técnicos devem ter um trabalho direcionado aos alunos não apenas para conversar sobre sexualidade para advertir, mas para conscientizar, orientar, alertar e proteger, tendo os aspectos biológicos e fisiológicos como aparato, e sempre convidados a debater sobre algo que lhes dá prazer, que constitui parte de sua descoberta e entendimento como agente social na relação com o outro.

10. PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Atualmente a preocupação com a educação sexual da criança e do adolescente é crescente, devido aos altos índices de contaminação de DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis, principalmente, a AIDS; além da ocorrência de gravidez não planejada na adolescência. Neste sentido, muitas instituições começam e outras já estão investindo na educação sexual visando contribuir para a mudança desse cenário como, por exemplo, por meio de projetos de intervenção e ou a inclusão da sexualidade como um tema pedagógico,

principalmente nas escolas.

No entanto, os dados estatísticos sobre gravidez na adolescência e contágio de doenças sexualmente transmissíveis confirmam que essas iniciativas não têm sido suficientes para a prevenção. Levando em consideração o índice de gravidez e DSTs, entre os adolescentes nos últimos anos, podemos tomar como referência a nota denominada "Mudança no comportamento sexual de jovens causa aumento de infecções sexualmente transmissíveis", publicada em 07/02/2018, sobre o aumento de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) entre os jovens brasileiros tem causado grande preocupação. Nos últimos anos, a sífilis vem chamando atenção devido ao elevado número de casos. A doença, detectada pela primeira vez na Europa medieval, volta em forma de epidemia no Brasil. (Fonte: https://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/02/07/mudanca-no-comportamento-sexual-de-jovens-causa-aumento-de-infeccoes-sexualmente-transmissiveis/)

Com o intuito de reverter esse cenário, no último ano, o Ministério da Saúde lançou uma campanha para diminuir os casos de infecção de sífilis congênita, em que a bactéria treponema pallidum é transmitida de mãe para filho. A iniciativa tinha como objetivo ampliar a identificação da doença no início da gestação e encaminhar para o tratamento com penicilina, único remédio capaz de tratar a mulher e o bebê em conjunto. De acordo com o Ministério da Saúde, de 2010 a 2016, todas as regiões brasileiras apresentaram grandes aumentos de casos de infecção epidemiológica.

Em 2016, foram 37.884 registros de pessoas com o vírus HIV. Novos dados do Boletim Epidemiológico HIV/AIDS, do Ministério da Saúde, revelam uma queda em 2017, onde 16.371 pessoas diagnosticadas. Apesar da redução de notificações em 2017, é necessário estar atento ao comportamento sexual de jovens. "Há uma grande preocupação com as novas gerações", afirma o sociólogo Alexandre Grangeiro, especializado em Saúde Pública. As gerações nascidas após a década de 1990 estão apresentando taxas de incidência de infecção maiores do que aquelas dos nascidos no período pré-epidemia, nas décadas de 1950 e 1960, de acordo com o sociólogo. À época, as pessoas estavam menos preparadas para lidar com a doença por ser desconhecida, demonstrando, portanto, um cenário paradoxal.

A tendência das últimas décadas de diminuição destes índices a cada geração se reverteu. Sobre os motivos que podem ter levado a essa situação, Grangeiro, que também faz parte do núcleo de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP, levanta algumas hipóteses.

Para ele, há uma mudança significativa de comportamento dos jovens quanto à saúde sexual e ao modo como se relacionam com seus parceiros. Entre a faixa etária de 18 a 24

anos, 34% dos diagnosticados não realizam tratamento com antirretrovirais, segundo o Relatório de Monitoramento Clínico do HIV, do Ministério da Saúde. Também há negligência quanto ao uso do preservativo, o método mais indicado para a prevenção de ISTs - Infeções Sexualmente Transmissíveis.

De acordo com uma pesquisa de 2015, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 27,5% dos estudantes do nono ano do ensino fundamental sexualmente ativos, apenas 66,2% tinham usado preservativo na última relação sexual.

Para o sociólogo, é possível que o vírus HIV e a AIDS (síndrome da imunodeficiência adquirida) tenham ganhado uma conotação “do passado” para essas novas gerações, como se já não fossem tão perigosos nos dias atuais, transformando o avanço da doença em uma epidemia silenciosa.

O Ministério da Saúde revelou índices que chegam a 18% de incidência de HIV na população denominada HSH (homens que fazem sexo com homens), e a 30% na população Trans (transgêneros, transexuais e travestis). “É uma situação que jamais imaginávamos chegar no Brasil. São taxas muito próximas a qualquer país mais afetado pela epidemia do sul da África”, afirma Grangeiro.

Diante desse cenário, é importante que jovens sejam orientados em relação às suas práticas sexuais. Para além do estudo sobre anatomia, a educação sexual proporciona o acesso a informações sobre diferentes aspectos da sexualidade. A partir dela, pessoas se tornam aptas a exercerem seus desejos sexuais e reprodutivos, estando informados quanto à sua saúde. “A sexualidade é costurada por diversas dimensões, como a biológica, social e cultural”.

Segundo a questão ainda, o Brasil tem gravidez na adolescência acima da média latino-americana, diz OMS - Organização Mundial da Saúde, divulgando no relatório do dia (28/03/18) e as taxas se referem ao último período analisado - entre 2010 e 2015.

O Brasil tem 68,4 bebês nascidos de mães adolescentes a cada mil meninas de 15 a 19 anos, diz relatório da Organização Mundial da Saúde. O índice brasileiro está acima da média latino-americana, estimada em 65,5. No mundo, a média é de 46 nascimentos a cada mil. Em países como os Estados Unidos, o índice é de 22,3 nascimentos a cada 1 mil adolescentes de 15 a 19 anos.

Outro ponto divulgado pela entidade é que a América Latina é a única região do mundo com uma tendência crescente de gravidez entre adolescentes menores de 15 anos. (Fonte: https://g1.globo.com/bemestar/noticia/brasil-tem-gravidez-na-adolescencia-acima-da-media-latino-americana-diz-oms.ghtml)

Os estudos nos mostram que devido à propagação das doenças sexualmente

transmitidas (DST) e AIDS, entre os jovens existe uma preocupação de muitos estudiosos da sexualidade sobre estes altos índices abrange também o que esses números podem expressar, por exemplo, que os jovens não têm informações sobre a prevenção ou se têm não incorporam essas informações em suas atitudes. Dizendo de outro modo, a grande maioria dos jovens no Brasil ainda mantém comportamentos de risco. A ação conjunta entre escola e família é fundamental se queremos, de fato, educar em sexualidade. Guimarães (1995) diz que o papel que a família tem na formação sexual de seus filhos, oferecendo "educação sexual" de modo assistemático e muitas vezes dogmático precisa ser reconhecido e dialogado na escola, quando se pretende discutir sobre sexualidade de modo pedagógico.

> É a bagagem da educação informal, adquirida na família e na comunidade, o ponto de partida para se pensar em Educação Sexual na escola. Os programas educacionais sobre sexo nunca vão poder ignorar, repudiar, ou mesmo antagonizar as influências primeiras na construção da sexualidade. (GUIMARÃES, 1995, p.99)

Sendo assim, consideramos que todo o trabalho de educação sexual deve ser conjunto, e interdisciplinar, pois a sexualidade é, também, construída coletivamente, em uma determinada sociedade e cultura. A família deve dialogar com a escola e saber ouvir e conversar com seus filhos num processo de educação sexual emancipatório.

Por volta de 1960, iniciativas formais de educação sexual foram implantadas em algumas escolas, mas em decorrência do regime militar de 1964, foram reprimidas; novas iniciativas foram retomadas somente em 1978, com a abertura política do então presidente Ernesto Geisel. (BARROSO e BRUSCHINI, 2000)

Ribeiro (2005) comenta que foi a partir de 1980 que órgãos públicos assumem projetos de educação sexual nas escolas. Na década de 90, com a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, criaram-se os PCN que dispunham em suas propostas a inclusão da sexualidade como um tema transversal a ser trabalhado nas escolas públicas de ensino fundamental e médio. O objetivo geral dos PCN é "apontar metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres". (BRASIL, 1997, p.4)

Dentre várias alternativas educativas, propomos, então, que o uso de novas tecnologias na educação sexual, tais como aquelas oriundas da informática, seria importante para levar conhecimento, reflexão e formação sobre atitudes relacionadas à prevenção da saúde sexual. Podemos citar como recursos da nova tecnologia na educação: o computador, a TV digital, o celular, os Tablets, os Ipads, MP3 e afins, a internet, softwares, etc. Acreditamos que muitos alunos dominam essas tecnologias e quando chegam à escola mostram-se desanimados para o

aprendizado diante dos recursos utilizados, considerados muitas vezes como desinteressantes.

Neste sentido, a educação sexual de crianças e de jovens merece atenção interdisciplinar, pois, mesmo se pudéssemos considerar adequada à educação sexual recebida na escola, ela perderia a eficácia se não contasse com uma família que esteja preparada e disposta a refletir sobre as informações, respondendo abertamente às dúvidas, e, dialogando com os filhos sobre os valores deles próprios e da sociedade.

Levando em consideração que as famílias, independente de suas formações, têm crenças diferenciadas no que diz respeito à moral e ao que é melhor para a sua criança, a escola não deve doutrinar a sua educação, de forma a ser laica. Porém, existem as escolas confessionais privadas, que podem escolher a sua doutrina, assim o aluno e/ou responsáveis tem o livre arbítrio para optar por tal escola ou não.

Reafirmando a questão acima, Santos (2001, p. 29) fala sobre a relação que a família tem com a Orientação sexual:

> O trabalho de Orientação Sexual desenvolvido pela escola diferencia-se, pois, da abordagem assistemática realizada pela família, principalmente no que diz respeito à transmissão dos valores morais indissociáveis à sexualidade. Se, por um lado, os pais exercem legitimamente seu papel ao transmitirem seus valores particulares aos filhos, por outro lado, o papel da escola é o de ampliar esse conhecimento em direção à diversidade de valores existentes na sociedade, para que o aluno possa, ao discuti-las, opinar sobre o que lhe foi ou é apresentado.

Como dito acima, cada família se mune de seus princípios e valores para educar seus filhos, mas nunca deixarão de serem os seus primeiros educadores, daí a importância dela nos projetos escolares de educação sexual.

A família é, pois, responsável pela maturidade sexual dos filhos, por sua identificação ao papel feminino ou masculino, bem como sua definição relativa ao sexo. A questão é que muitas vezes ela não se dá conta de que as suas condutas também são formas de educar. Pois "o que a criança imita primeiro não é alguém, são as condutas". (SIQUEIRA, 2004, p. 150)

Como a educação sexual da escola não está proposta para substituir e ou concorrer com a educação da família, a escola ao constituir o seu projeto, o seu currículo e a sua forma de orientar sexualmente, deve conhecer as necessidades de cada família. Por se tratar da sua vasta pluralidade, a escola tem o dever de compreender, respeitar e dialogar com ela, o que enriquece a comunidade escolar e favorece o desenvolvimento de uma visão crítica por parte dos alunos. (BRASIL, 1998, p. 305)

Para os PCN a Orientação sexual na escola precisa se constituir da seguinte forma:

> A escola deverá informar os familiares dos alunos sobre a Orientação Sexual incluída na proposta curricular e explicitar os princípios norteadores do trabalho. No diálogo entre a escola* e as famílias, pretende-se que a sexualidade deixe de ser tabu e, ao ser objeto de discussão na escola, possibilite a troca de ideias entre esta e as famílias. O apoio dos pais aos trabalhos desenvolvidos com os alunos é um aliado importante para o êxito da Orientação Sexual na escola. (BRASIL, 1998, p. 304)

Enfatizando o diálogo entre escola e a família,“diga-se de passagem, é muito importante”, não há como melhorar a educação sem que ela esteja presente, pois como já mencionado é necessário que elas saibam o que acontece com o aluno.

Diante do exposto desenvolvido aceca da participação da família na escola como apoio fundamental para o êxito e sucesso na educação sexual do filho, precisamos refletir e contribuir, no debate sobre a participação da familia no processo da educação sexual na escola, deve-se considerar a interdependência entre família e escola, para que cada uma assuma sua responsabilidade, e se complemente na ação de fazer a educação sexual na escola, visando, principalmente a qualidade e eficácia do ensino com o assunto, orientando as famílias a participarem na formação deste ensino para saber também orientar seus filhos.

III CAPÍTULO - FATORES QUE IMPLICAM NA PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES E TÉCNICOS PEDAGÓGICOS NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

3.1. FATORES QUE DIFICULTAM A PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES E TECNICOS NA EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR

Diante dos estudos realizados, podemos dizer que diversos são os fatores que implicam na participação de professores e técnicos pedagógicos na educação sexual, assim como os possíveis elementos que contribuem para a superação desses fatores, uma vez que podem sugerir propostas de trabalho para a implantação e êxito no processo ensino aprendizagem da educação sexual no contexto com a transversalidade no currículo pedagógico educacional. Em face disso, acreditamos que, esses fatores que comprometem essa participação, são ocasionadas muitas das vezes, porque muitos profissionais nem sempre possuem esclarecimentos pertinentes ao tema, não dispõem de uma formação para desenvolverem uma mediação dialógica. Nesse entendimento, em relação aos educadores, Figueiró (2010) relata que:

> [...] a atuação como educador sexual não é tão simples como possa parecer, e que não basta ter recebido uma "preparação" prévia – para alguns, não basta nem mesmo estar um grupo de "assessoria", em que se pode contar com supervisão e apoio [...] quando o educador tenta dar inicio a uma prática, vários fatores dificultadores entram em jogo – ao que parece, a maioria deles de caráter emocional, mesmo quando a dificuldade parece ser apenas técnica, relacionada à escolha de estratégias de ensino [...] (FIGUEIRÓ, 2010, p.27-28)

Vale ressaltar, que as dificuldades enfrentadas pelos professores e técnicos para trabalhar sexualidade em sala de aula, nem sempre são as mesmas, mas na maioria dos casos, as maiores dificuldades referem-se à falta de material didático, a conversa paralela, as quais acarretam em discussões com os demais alunos. Fora da sala de aula, o problema que os professores enfrentam é a não aceitação por parte de muitos dos pais com a temática, pois acreditam que ainda não está na hora de seus filhos começarem a saber sobre sexualidade.

Também faz parte dessa dificuldade do professor em trabalhar não somente as questões biológicas, mas devem-se abordar questões que envolvem sentimentos, valores, moral e ética, bem como a saúde, pois é necessário construir e instrumentalizá-lo com habilidades essenciais, proporcionando a eles condições de ampliar e reciclar seu

conhecimento, por meio de programas de atualização e capacitação direcionadas à temática da sexualidade.

Outro aspecto que se deve atentar é porque os adolescentes recebem diariamente informações através da mídia, muitas das vezes são inadequadas, errôneas ou até imorais para o processo de construção do conhecimento científico. A preocupação sobre as formas pelas quais os alunos buscam informações sobre o corpo e o sexo, é que devem ser tomadas primeiramente no lar, depois na escola para que professores e técnicos pedagógicos possam dar continuidade ao trabalho com a temática da Educação Sexual, pois acreditamos que o papel e a participação dos professores é central para que os adolescentes reconstruam sua rede de relações, resgatem sua cidadania e transformem sua identidade.

Dessa forma, ainda consideramos que é importante que a escola se reconheça como espaço socialmente legitimado para "encarar" o desafio de lidar com a sexualidade, e que os professores como figura-chave, possam influir na constituição da identidade, no exercício das relações sociais e da cidadania tanto de si próprio como dos alunos.

Os estudos evidenciam que a mediação do tema sexualidade no ambiente escolar é uma demanda dos adolescentes e que a maioria dos professores deve mediar essa temática a partir de uma abordagem de ensino dialógico, numa perspectiva biopsicossocial do ser humano, através de diversas atividades que envolvam a inter e a transdisciplinaridade. Essa mediação através do diálogo, de acordo com Freire (2005), além de ser um ato respeitoso, possibilita que o aluno possa fazer sua própria leitura de mundo e, a partir disso, discutir e refletir junto com professores e técnicos pedagógicos no processo ensino aprendizagem sobre a educação sexual na escola.

A esses aspectos ainda destacamos outras dificuldades, pois geralmente nas escolas, esse trabalho com a Educação Sexual é atribuído pela comunidade escolar aos professores de Biologia e Ciências a responsabilidade de orientação e conteúdo sobre o tema, e infelizmente tal prática ou discussão ainda não ocorre de maneira natural nos contextos e nas diferentes disciplinas. Talvez resida aí uma das principais dificuldades dos docentes das diversas áreas em não sentir-se preparados para discutir o tema. Segundo os PCNs (BRASIL, 1997, p.31), os temas transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana. Os mesmos devem ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola de forma inter e transdisciplinar, e que tenha habilidade para inserir temas transversais que fogem da sua área de formação e especificidade.

Por conta disso, os PCNs retratam que:

> A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). (BRASIL, 1997, p. 31)

Em contrapartida, ainda reiteramos que em relação aos fatores que implicam na participação de professores e técnicos pedagógicos, se aponta a responsabilidade da escola na figura dos profissionais para desenvolver projetos, gincanas, palestras e outras atividades em que envolva a família em todas as atividades que dizem respeito ao tema sobre a Educação Sexual, uma vez que é de extrema necessidade que as duas estejam inteiradas do que e como estão direcionando o assunto aos alunos, pois quase sempre os profissionais não desenvolvem um trabalho dessa natureza na escola.

Com relação às dificuldades encontradas pelos professores e técnicos pedagógicos, por exemplo, destaca-se também a mediação de conceitos relacionados à sexualidade, onde os estudos nos colocam que os professores têm muitos bloqueios para adotar diferentes metodologias que ajudem a encontrar respostas a diferentes questões, a diversidade dos grupos da sala e até para suprir o constrangimento tanto de alunos como de professores se por ventura surgir. A esses fatores somam-se até o desconhecimento da temática.

Conforme Sayão (1997) lembra que o professor deve ser o mediador e o organizador do processo pedagógico, favorecendo um novo olhar sobre a situação, propondo outras fontes de informação e fazendo com que o aluno reflita sobre novas construções de pensamentos.

Na realidade, não é culpa desses profissionais, pois temos, de acordo com Figueiró (2010), a falta de contribuições teóricas para o trabalho com a temática, que se torna um problema para os professores, que se depara a todo o momento com as manifestações da sexualidade pela escola.

De acordo com as questões, as dificuldades que os professores e técnicos pedagógicos, possuem podem ser minimizadas a partir do momento em que se desenvolvem segurança em falar sobre o assunto em sala de aula e consegue dialogar os assuntos e todos na sala.

Dessa forma, acreditamos que aos pouco essa facilidade na mediação vai se concretizando no ambiente escolar. Sendo que para superar tais dificuldades, os professores e técnicos pedagógicos devem participar de formações e até tirar dúvidas que os alunos trazem para as aulas em estudos e até com outros profissionais. Tais facilidades, de acordo com Desidério (2014), criam um ambiente que facilita a mediação baseada no diálogo.

Para aqueles que utilizam as dúvidas dos adolescentes para fomentar o processo mediacional do tema sexualidade, podemos dizer que estão cumprindo as orientações dos

PCN (BRASIL, 1998), porque permitem que os alunos reflitam sobre o que aprenderam com vistas ao respeito a si e do outro.

Nesse contexto, acreditamos que um trabalho para com os adolescentes e jovens sobre sexo na escola, vai contribuir consideravelmente com o entendimento, conscientização, prevenção e formação enquanto ser humano.

Quanto ao que se refere, por exemplo, ao contexto sobre a gravidez na adolescência, pelas leituras realizadas, na maioria das vezes acontece por falta de informação, pois, os jovens desconhecem o assunto, sentem vergonha de perguntar tanto a seus pais como a professores e outros profissionais, e acabam praticando erradamente.

Desta maneira, entendemos que o papel dos professores e técnicos pedagógicos é de conscientizar os adolescentes sobre sua posição no mundo e sobre a sua sexualidade, podendo realizar encontros, palestras, assistir a vídeos, fazer leitura de informações e esclarecimentos sobre a sexualidade, o seu próprio corpo e seu organismo em diferentes estratégias metodológicas na escola. Com isso, os desafios de garantir e promover a construção de ações sobre a educação sexual a nível transversal, é um passo importante, pois os projetos, e estratégias podem ser um desafio a ser vencido na prática.

Entre as principais estratégias metodológicas que podem minimizar tais dificuldades estão à elaboração de material didático pela equipe de professores e técnicos, a abertura e elaboração de ciclo de palestras temáticas em educação sexual para pais e alunos e a criação de grupos de estudos que envolva a todos na discussão da educação sexual nas escolas.

Nesse sentido, vale ressaltar que, o professor e os técnicos ao falarem de sexualidade, devem tratar o indivíduo como um todo, como coloca Silva (2013), em uma visão biopsicossocial, que engloba o corpo humano com seus órgãos, assim como desejos, conflitos, levando em consideração também o contexto social no qual está inserido. Tal abordagem facilita o papel do professor e os técnicos na mediação, pois, ao trabalhar sob esta perspectiva, eles podem criar contextos pedagógicos para responder as dúvidas dos alunos, sem ter a necessidade de recorrer a outro profissional, pois, de acordo com Vitiello (2000), o educador sexual não são médicos, psicólogos, nem enfermeiros que são chamados para darem palestras ocasionais em escolas, desempenhando função de narradores de informações específicas.

Portanto, os estudos nos têm mostrados ao longo da discussão sobre educação sexual na escola que, a sexualidade deve ser trabalhada de maneira saudável, amorosa, carinhosa, sem correr riscos, de forma educativa e esclarecedora, tanto para o professor quanto para os alunos, que dia a dia devem buscar ultrapassar suas barreiras de dificuldades, através do

processo ensino aprendizagem para o desenvolvimento do aluno como sujeito transformador de sua realidade social como um todo.

3.2 DESAFIOS E SUPERAÇÃO SEXUAL DA EDUCAÇAÕ SEXUAL NA ESCOLA

Na preocupação de trabalharmos uma proposta voltada para o contexto da superação e desafios identificados no cotidiano nas escolas, em relação às intervenções sobre educação sexual, busca-se neste estudo fazer uma breve incursão no assunto.

Neste sentido, não podemos esquecer que a maioria das práticas desenvolvidas na escola permanece restrita às questões biológicas da sexualidade, nisso ressalta-se a percepção crítica de se fazer com que os profissionais que demonstram essas limitações uma intervenção pedagógica com o conteúdo a ser abordado seguindo as orientações legais e os PCNs. Do mesmo modo, é importante envolver os professores para que o trabalho seja significativo e eles tornem-se comprometidos com a prática adotada com o conteúdo da educação sexual, dado que, embora se sintam despreparados podem realizar práticas de educação sexual com adolescentes a partir de um conhecimento mais embasado.

Mesmo considerando que, ainda que se reconheça sobre os limites deste estudo na escola, no que se refere à aplicação na prática o assunto, compreende-se que esses resultados vão fornecer elementos relevantes para os alunos, uma vez que a reflexão da temática em pauta é relevante para os alunos.

Dessa maneira, perceberemos que na escola há necessidade de se repensar o modo como às práticas são desenvolvidas para que se aproximem do que é preconizado pelas políticas, de forma que seja possível a superação do modelo curricular e disciplinar predominante nas intervenções de educação sexual, e se implemente conforme preconizado pelos PCN, onde a sexualidade trata de uma temática a ser abordada de forma transversal e interdisciplinar.

Sendo assim, os estudos nos mostram que em virtude da complexidade que envolve a sexualidade, se reforça que as práticas educativas nas escolas sejam também complementadas pelas diferentes disciplinas, correspondentes às diversas áreas do conhecimento. Nisso, acredita-se que deve haver um maior entendimento por parte dos profissionais de que as informações e conhecimentos adquiridos pelos adolescentes nas práticas educacionais serão administrados subjetivamente e transformados em ações concretas, podendo inclusive ser realizados como projetos na escola.

Conforme as colocações acima nos mostram que às concepções sobre sexualidade e

aos conteúdos a serem abordados nas práticas de educação sexual, devem ser um estudo que evidencie a necessidade de esclarecimentos para então avançar e superar dicotomias e barreiras que se enfrenta no fazer pedagógico com os alunos, no sentido de investir no respeito ao exercício do conhecimento sobre a sexualidade como um direito dos alunos e não como algo proibido, errado.

De acordo com isso convivemos com princípios e valores distorcidos do que realmente pode-se trabalhar coma tematica da sexualidade, pois quase sempre foi um “tabu”, o nos causa inquietude porque falar desse tema nem sempre é fácil, principalmente, quando relacionado a crianças, mas ao buscar uma diretriz orientada, é possível realizar tanto com alunos como para com os pais para que estes entendam como se está realizando o trabalho na escola. É compreensível que no contexto atual a situação está mudando, o mundo vem dando oportunidade das pessoas se conhecerem e lidarem melhor com a própria sexualidade, e as escolas, não pode ficar presa a valores errôneos, ultrapassados sobre como trabalhar no ensino fundamental na educação sexual.

Para melhor compreendermos a discursão sobre educação sexual na escola, destacamos Rodrigues 2002, no espaço escolar ainda são muitos os desafios para que a sexualidade da criança seja percebida e tratada com naturalidade e respeito, pois, ainda perdura a imagem de algo proibido e constrangedor.

Há pouco tempo atrás o assunto não era abordado em sala de aula por causa dos familiares, mas atualmente há uma maior aceitação dos pais para que a escola trabalhe esse tema e com isso o professor pode desenvolver o conteúdo com os alunos esclarecendo dúvidas que forem apresentadas por eles para diminuir as diferenças comportamentais entre filhos e pais.

Os estudos nos mostram que na sociedade ainda pendura associações de sexo como pecado, proibido e imoral, isto dificulta ao docente lidar com este tema em suas aulas, mas não os impede. Por conta disso, acredita-se que é necessário que os pais façam esse trabalho juntamente com a escola, informando verdadeiramente o que o aluno necessita saber sobre sexualidade. Havendo esse trabalho, é necessário que os professores estejam orientados, para conversar com o aluno sobre o assunto o que por consequência ajudará a família nesse processo de amadurecimento.

Diante dos estudos acerca dos Desafios e Superação Sexual da Educação Escolar, podemos ressaltar que a questão é complexa, na medida em que essa discursão não é um compromisso somente da instituição escolar, mas, da família e sociedade como um todo, conforme as palavras de Reis (2007, p. 6), “a escola nunca educará sozinha, de modo que a

responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez a escola ao dar início, essa relação se estreita e o diálogo entre escola, pais e filhos se fortalece".

Neste sentido, podemos caminhar em busca de desafios e superações, a iniciar pela escola através de uma proposta curricular que venha ajudar a comunidade educacional a quebrar preconceitos, tabus e estereótipos enraizados. Assim, é necessário que sejam analisados muitos outros fatores que estão influenciando no ambiente escolar a respeito da questão.

Para, além disso, é preciso realizar no espaço escolar uma discussão sobre o equilíbrio que deve existir entre o respeito às crenças religiosas de cada pessoa, e o respeito à laicidade do Estado brasileiro, isto é, cada cidadão tem o direito autêntico de viver de acordo com as suas crenças e manifestá-las na sua vida diária. As escolas devem fazer estudos sobre as questões de gênero e sexualidade, e, é primordial que se reflita sobre os modos como tais significados se relacionam e se estruturam.

De toda maneira, é necessário que se ampliem e superem nos espaços escolares os preconceitos, os processos éticos, relacionados ao exercício da solidariedade e ao respeito à diversidade. Além disso, é importante apontar e debater sobre tais questões para que as sociedades possam a partir de então combater os organismos excludentes que se fazem presentes no interior do ambiente das escolas. Pois, só através dessa consciência que será possível a efetivação de ferramentas sociais que possam ajudar a superar e a promover a liberdade dos cidadãos envolvidos no processo educacional, e que estes colaborem na construção de uma sociedade democrática que valorize a diversidade e o respeito as pessoas.

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada no estudo é o caminho, a forma de proporcionar uma compreensão mais apurada dos dados colhidos nos subitens seguintes analisados.

O estudo caracteriza-se por uma abordagem do tipo bibliográfica, o que Gil (2010, p. 124) afirma que esse tipo de pesquisa "é quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet". Nesse sentido, ela abrange também as publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, pesquisa, monografias, teses, material cartográfico, até meios de comunicação. Ela se refere ao levantamento de toda "bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo" (LAKATOS; MARCONI, 2006, p. 71). Sua finalidade é colocar o pesquisador em contado direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto.

Diante disso, justifica-se dizer que, quando a escola se depara com todas essas situações, e omite determinado assunto sem dá uma orientação precisa, não se está buscando meios para amenizar o problema, mas agravando mais. Nesse sentido, pode-se dizer que se propôs realizar um trabalho que descreve os fatores determinantes para a ausência da discussão e do trabalho pedagógico da temática orientação sexual pelas escolas, onde se apresenta um contexto adotado nas práticas pedagógicas segundo o posicionamento dos autores estudados a partir dos estudos bibliográficos, por que o tema transversal orientação sexual não aparece na pauta do planejamento curricular nas escolas, o que consta de diferentes contextos de pesquisa, em Google Acadêmico a Plataformas Científicas, em textos de conferência, artigo, TCC, artigos de livros e revistas impressas e eletrônicas de autores já estudados no curso de Pedagogia, em formações, cursos, palestras, e outros materiais que abordam o tema.

Após a coleta de materiais bibliográficos, se efetivou a construção da pesquisa denominada como bibliográfica, que foi o caminho metodológico percorrido pelo presente estudo, ou seja, o que deu suporte para produzir o referencial teórico. Para a coleta das informações, ou material bibliográfico, foram consultados os sites como o Google acadêmico, que divulgam produções científicas em diferentes níveis de formação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta produção desenvolvida, se apresenta as ideias dos trabalhos que subsidiaram esta pesquisa bibliográfica, e discorreram sobre “Educação Sexual: Fatores que implicam a implantação dos referenciais curriculares na prática pedagógica”.

A pesquisa evidenciou que o tema sexualidade no contexto escolar desperta muito interesse e curiosidade dos alunos e que a maioria dos professores deveria abordar o tema numa perspectiva dialógica, fomentada pelas dúvidas dos adolescentes sobre sexualidade, o que permitiria que os alunos pudessem participar do processo de construção do conhecimento, além de possibilitar a mediação de informações corretas.

Consideramos relevantes os estudos para a implementação e êxito no processo ensino aprendizagem da educação sexual como transversalidade no currículo pedagógico educacional, uma vez que, a qualificação dos educadores é uma condição necessária para a efetivação dos processos de aprendizagem no ambiente escolar.

Vale ressaltar que, quando se trata de sexualidade, há a necessidade de o professor manter sempre o diálogo com os alunos, pois essa é uma ferramenta que o permitirá identificar as principais dúvidas dos alunos e, a partir disso, criar ferramentas mediadoras que incluam todos na discussão.

É importante ressaltar que a formação de professores deve ser considerada um diferencial para a atuação com os assuntos, pois vai subsidiá-los a cerca do contexto. Neste sentido, entendemos que os cursos de formação docente devem investir em estratégias mediadoras que explorem e problematizem as concepções que os professores têm sobre o que é aprender, desenvolver e sobre o que é a sexualidade humana, com vistas a considerar os diferentes fenômenos que a compõem, para que a diversidade, compreendida aqui como as diferentes maneiras de ser e atuar no mundo, seja respeitada, compreendida e abordada nas salas de aula.

Com a pesquisa pode-se afirmar que se alcançou o objetivo geral que era refletir os fatores impeditivos para a implementação dos referenciais curriculares como orientação sexual na matriz curricular das escolas a partir da bibliografia estudada, pois se teve a oportunidade de fazer o estudo e compreender a questão proposta.

Também, acredita-se que se atingiu aos objetivos específicos, pois se fez a descrição dos fatores determinantes para a ausência da discussão e do trabalho pedagógico da temática, orientação sexual pelas escolas. Também apresentamos um contexto nesta pesquisa, que possa ser possivelmente adotado nas práticas pedagógicas segundo o posicionamento dos autores

abordados nos estudos bibliográficos uma vez que o tema transversal orientação sexual não aparece na pauta do planejamento curricular nas escolas.

Neste sentido, ressalta-se que ao realizar este estudo, possamos compreender melhor a importância e a contribuição para que seja adotada a Educação Sexual no desenvolvimento do aprendizado dos alunos. Pois essa aquisição e construção de conhecimento, desenvolverá a conscientização do aluno voltado para o respeito em relação à diversidade e para consigo mesmo, na medida que poderá se proteger de gravidez indesejáveis e doenças sexualmente transmissíveis.

Como sugestão prática aos docentes, pode-se dizer que podem fazer um trabalho de Orientação Sexual na escola problematizando, questionando e ampliando os conhecimentos que se tem acesso para assim discutir o assunto com o próprio aluno para que, quando ele compreender e tiver discernimento da questão saiba escolher seu caminho. Assim, as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem invadir a intimidade e o comportamento de cada aluno ou professor. Tal postura deve, inclusive, auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como vivência pessoal. Apenas os alunos que, por questões pessoais, demandem atenção e intervenção individuais, devem ser atendidos separadamente do grupo pelo professor ou orientador na escola, e poderá ser discutido um possível encaminhamento.

Ainda em relação aos pais, os professores devem iniciar com discussões legais como o entendimento do que o ECA e as demais leis demandam para que aos pouco eles possam ajudar seus filhos com o diálogo em casa.

Portanto, consideramos que a pesquisa foi um diferencial, na medida que promove uma discussão com fundamentações teóricas de caráter cientifico que subsidiará o desenvolvimento do aluno, como sujeito de transformação e mudança sócio educacional de forma interativa com seu semelhante na construção de um mundo mais humano. Baseado no respeito mútuo, promovendo, um conhecimento de si mesmo e superando as barreiras do preconceito e a discriminação ao indiferente, uma vez que é por meio da educação e da educação sexual, que a criança aprende a construir conhecimentos, tornando-se sujeito ativo e conhecedor de seu corpo e de suas necessidades fisiológicas.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, H. **Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais**. In: Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, p. 575-585, 2.º sem. 2005.

BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. **Sexo e Juventude**: Como Discutir a Sexualidade em Casa e na Escola. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL, Secretaria de educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual / SEF – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **A educação que produz saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providencias**. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRUNS, M. A. T.; ALMEIDA, S. **Sexualidade**: preconceito, tabus, mitos e curiosidades. Campinas, São Paulo: Átomo, 2004.

CARDOSO, G.M. **Mitos e crenças sexuais**: uma questão cultural. In: CARDOSO, M. G. (Org.) Comportamento sexual: uma questão cultural. Cascavel: Coluna do Saber, 2005.

DESIDÉRIO, R. (Ed.). **Mídia, Educação e Sexualidade**. V2. Londrina: EDUEL, 2014.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Obra em Fascículos encartados na Folha de São Paulo de outubro de 1994 a fevereiro de 1995. Folha de são Paulo. São Paulo, Nova Fronteira, 1995.

FIGUEIRÓ, Mary Neide. D. **Educação Sexual**: retomando uma proposta, um desafio. Londrina: Eduel, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **A ordem do discurso**. 18ª edição. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 19. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 40 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREUD, Sigmund (1905) **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In: Obras psicológicas completa: Edições standard Brasileira. Vol VII. RJ: Imago, 1996.

GARTON, S. **História da sexualidade**: da Antiguidade à revolução sexual. Lisboa: Editorial Estampa, 2009.

GAVIDIA, V. **A construção do conceito de transversalidade**. In: ÁLVAREZ, M. N. et al. Valores e temas transversais no currículo. Tradução por Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 15-30. (Inovação Pedagógica, v. 5).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. SP: Atlas, 2010. 184p.

GUIMARAES, Isaura. **Educação Sexual na escola: mito e realidade**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de gravidez e DSTs, entre os adolescentes nos últimos ano**s. Disponível em: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/02/07/mudanca-no-comportamento-sexual-de-jovens-causa-aumento-de-infeccoes-sexualmente-transmissiveis/>. Acesso em: 12 de junho de 2018.

JESUS, M. C. P. **O significado da educação sexual na relação pais/adolescentes**. Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília (DF), v.52, n. 3, p. 455-468, jul./set. 1999.

LAPATE, Dr. V. **Educando para a vida, sexualidade e saúde**. SP: Sttima editora, 1994.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**. 5ª ed. SP: Atlas, 2006.

LOURO, G. L. **Pedagogias da Sexualidade**. In: (org.). O Corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LUCK, Heloisa; Freitas, K. S. de; Girling, R; Keith, S. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. 8. Ed. Petropolis, RJ. Vozes. 2010.

MELO, Luiz et al. **Politicas Públicas de Trabalho, Assistência Social e Previdencia Social para População LGBT no Brasil**: sobre desejos, realizações e impasses. (Dossiê), Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 44, n 1, jan/jun, 2013.

NUNES, Aparecido César. **Desvendando a sexualidade**. César Aparecido Nunes Campinas, SP: Papirus, 1987.

NUNES, Aparecido César. **Educação sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade/ César Nunes, Edna Silva. – Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

NUNES, C; SILVA, E. **A educação sexual da criança:** subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, F. J. C, DIAZ, M. **Relações de gênero**. In: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais & Fundação Odebrecht, organizadores. Afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar. Belo Horizonte (MG): SEE-MG / Fundação Odebrecht; 1998.

PECORARI, E. P. N.; CARDOSO, L. R. D.; FIGUEIREDO, F. B. **Orientação sexual em escolas de ensino fundamental**: um estudo exploratório. Cadernos de Psicopedagogia. V.5, n.9. São Paulo: 2005.

RAGO, Luzia Margareth. **Sexualidade e identidade na historiografia brasileira**. In: LOYOLA, M. A. (Org.). A sexualidade nas ciências humanas. RJ: Ed. UERJ, 1998.

REIS, Verônica Lima dos; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Educação sexual na escola com a participação da família e o uso de novas tecnologias de educação**: um levantamento bibliográfico. 2007.

RIBEIRO, A. I., & Menin, A. M. C. S. **Formação do gestor educacional**: Necessidades da ação coletiva e democrática. Presidente Prudente, SP: Arte & Ciência. 2005.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação Sexual Além da Informação**. SP: EPU, 1990.

SANTOS. Regima de Fátima Mendes; VALADÃO. Claúdia Regina. **Família e escola**: visitando seus discursos. (Trabalho de Conclusão de Curso)- UNESP, Franca, 2001.

SAYÃO, Y. **Orientação sexual na escola**: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. (Org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

SIQUEIRA, Teresa Cristina Barbo. **Educação sexual informação sexual na escola**. Educativa, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 147-156, 2004.

SILVA, Adriana C; SALLES, Leila M. F. **A orientação sexual na revista Nova Escola.** Educação Teoria e Prática, RC. 2002. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/PESQUISA/BBEONLINE/det.asp?cod=60060&type=P> Acesso em: 27 Maio 2018.

SILVA, B. R. **Sobre sexualidade, adolescência e escola**: uma proposta de intervenção. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Ciências Naturais. Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9687/1/2014_RenatoLopesBarbosa.pdf. Acesso em: 27 Maio 2018.

SOUSA, Leilane Barbosa de; FERNANDES, J. F. P; BARROSO, M. G. T. **Sexualidade na adolescência**: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. Acta Paulista de Enfermagem, SP, n.19, v.4, p. 408-413, 2006.

TONATTO, S; SAPIRO, C. M. **Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual**: uma proposta de intervenção em ciências. Psicologia & sociedade, v. 14, n. 2, p. 163-175, 2008.

TRINDADE, E. BRUNS, M. A. T. **Adolescentes e paternidade**, **um estudo fenomenológico**. Ribeirão Preto: Holos, 1999.

VAINFAS, R. **Tráfico dos pecados**: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997a.

_____. **Moralidades brasílicas**. In: NOVAIS, F. A. (Coord.) História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b, v. 1, p. 221-273.

VIDAL, D. G. **Educação sexual**: produção de identidades de gênero na década de 1930. Publicado como capítulo do livro organizado por SOUZA, C. P. (Org.). História da Educação: processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 53-74.

VITIELLO, N. **Sexualidade**: Quem educa o Educador. 2. ed. SP: Iglu, 2000. 133 p.